

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO AMERICANA

Do trabalho socialmente necessário

Três autores suecos defendem que a dupla determinação do trabalho socialmente necessário por nós avançada nesta obra resultaria de uma confusão nossa. Segundo eles, dos dois factores que determinam o trabalho socialmente necessário — A (a produtividade média do trabalho em determinado sector) e B (a procura social efectiva que deve ser satisfeita por determinada mercadoria) —, só a primeira é válida. O segundo determina apenas a diferença de preço e o valor das mercadorias. (Peter Dencik, Lars Herliz, B-A Lundvall, *Marxismens politiske ekonomie — en introduktion*, Zenitserien, 1969, pg 25).

Estas críticas estão erradas. Em *O Capital* (Vol. 3, cap.10) Marx explica como se devem combinar as duas determinações da “quantidade de trabalho socialmente necessário”. A necessidade de tal combinação decorre do facto de o valor ser uma categoria *social*. A expressão “quantidade de trabalho socialmente necessário” põe-nos um problema: socialmente necessário para quê? Para satisfazer uma procura efectiva, é claro. Se não a relacionarmos com uma necessidade a satisfa-

zer, a noção de produtividade média de um sector da indústria, ou até o conceito de "capacidade produtiva existente", não terá qualquer pertinência num sistema baseado na produção generalizada de mercadorias em que os empresários só podem realizar a mais-valia e acumular capital se *venderem* as mercadorias produzidas.

A esta luz, "a produtividade média" não é, nem um "facto" puramente técnico, nem uma média aritmética da capacidade produtiva do conjunto das fábricas de um determinado ramo da indústria, a dividir pelo número total de produtores nela empregues, antes será uma grandeza que variará de acordo com a relação entre a capacidade produtiva e o volume das vendas. Se dois terços das minas de carvão de determinado país estiverem sentindo dificuldades em vender o carvão produzido, ou trabalharem a cinquenta por cento da capacidade, ou inclusivamente encerrarem, a produtividade média da indústria carbonífera será muito diferente da produtividade que terá quando todas as minas trabalharem a pleno, mesmo que, no entretanto, nenhuma inovação técnica seja introduzida na indústria.

Marx estabelece uma distinção entre os três casos seguintes:

- o caso em que o valor de uma mercadoria é determinado pelas fábricas que operam ao nível da produtividade tecnológica média do seu ramo industrial (equilíbrio estrutural da oferta e da procura);

- o caso em que o valor da mercadoria é determinado pelas fábricas cujo nível de produtividade é superior à média no seu ramo industrial (a oferta excede estruturalmente a procura);

- o caso em que o valor da mercadoria é determinado pelas fábricas que operam a um nível de produtividade inferior à média do seu ramo (a procura excede estruturalmente a oferta) (*O Capital*, International Publishers, 1967, Vol.3, pp.182-188). No primeiro e no terceiro casos, as fábricas que trabalham em melhores condições de produtividade realizarão super-lucros.

Esta é a razão por que Marx estabelece a distinção entre o "valor individual" das mercadorias e o seu "valor de mercado". Para não complicar demasiado a exposição contida neste panfleto, que é uma simples introdução à teoria económica marxista, o autor optou por não utilizar a expressão "valor de mercado", embora tenha tentado simultaneamente reproduzir a linha de pensamento de Marx tão claramente quanto possível.

A massa total de trabalho humano vivo, simples e abstracto dispendido à intensidade média na produção determina a massa total da mais-valia criada de novo na sociedade. Esta massa está já pré-determinada no processo de produção. Não pode ser aumentada ou diminuída pelo que acontece no mercado, no processo de circulação das mercadorias. Mas esta regra só é válida para o conjunto da sociedade, e não para cada sector particular da produção, nem *a fortiori*, para cada fábrica. O valor de mercado pode divergir do "valor individual", isto é, da massa de trabalho abstracto efectivamente contida em cada mercadoria (redistribuição da massa de valor e de mais-valia entre diversos sectores).

As necessidades sociais desempenham um papel importante nos mecanismos de redistribuição do valor e da mais-valia. Uma das funções essenciais da "lei do valor" consiste precisamente no restabelecimento temporário do equilíbrio entre a distribuição dos recursos materiais da sociedade por diferentes ramos da produção e a forma como essa mesma sociedade reparte a sua procura efectiva de maneira a satisfazer as suas várias necessidades (isto é, a forma como mede e quantifica as suas necessidades no quadro das condições antagónicas de distribuição características da sociedade capitalista), equilíbrio esse que a produção generalizada de mercadorias não pode nunca realizar *a priori* nem directamente.

A TEORIA DO VALOR E DA MAIS-VALIA

Todos os progressos da civilização são em última análise determinados pelo aumento da produtividade do trabalho. Enquanto a produção unicamente basta à satisfação das necessidades dos produtores e enquanto não houver excedente para além deste produto necessário, não há possibilidades de divisão do trabalho nem da aparição de artífices, de artistas ou de sábios. Não há portanto, a fortiori, nenhuma possibilidade de desenvolvimento de técnicas que exijam consequentes especializações.

O SOBREPORDUTO SOCIAL

Enquanto a produtividade do trabalho for tão baixa que o produto do trabalho de um homem não chegar para o seu próprio sustento, não haverá ainda divisão social, não haverá diferenciação no interior da sociedade. Todos os homens são produtores, encontram-se todos ao mesmo nível de carência.

Todo o acréscimo da produtividade do trabalho para além deste nível mínimo, cria a possibilidade dum pequeno exce-

dente, e, desde que haja um excedente de produtos, desde que dois braços produzam mais do que exige o seu próprio sustento, a possibilidade de luta pela posse desse excedente pode aparecer.

A partir desse momento, o conjunto do trabalho de uma colectividade deixa de ser necessariamente destinado ao sustento dos seus produtores. Uma parte deste trabalho pode ser destinada a libertar uma outra parte da sociedade da necessidade de trabalhar para o seu sustento.

Logo que esta possibilidade se concretizar, uma parte da sociedade pode constituir-se em classe dominante, caracterizada sobretudo pelo facto de se ter libertado da necessidade de trabalho para se sustentar.

O trabalho dos produtores decompõe-se, a partir deste momento, em duas partes. Uma parte desse trabalho continua a efectuar-se para o sustento próprio dos produtores; chamamos-lhe o trabalho necessário. Uma outra parte deste trabalho serve para sustentar a classe dominante; chamamos-lhe o excedente de trabalho.

Tomemos um exemplo bastante claro, a escravatura nas plantações, quer seja em certas regiões e em certas épocas do Império Romano, ou seja então nas grandes plantações, a partir do século XVII nas Índias Ocidentais, ou nas colónias portuguesas em África. Geralmente, nas regiões tropicais, o dono não dava qualquer alimento ao escravo; era este que o conseguia trabalhando, aos domingos, num pequeno bocado de terreno, donde tirava todos os produtos necessários à sua alimentação. Seis dias por semana o escravo trabalha na plantação; é um trabalho cujos produtos não lhe são destinados, que cria portanto um sobreproduto social que abandona logo que for produzido e que pertence exclusivamente aos donos dos escravos.

A semana de trabalho é aqui de sete dias, decomposta em duas partes: o trabalho de um dia, o domingo, constitui o trabalho necessário, o trabalho pelo qual o escravo obtém os

produtos para o seu sustento, para se manter vivo a ele e à família; o trabalho de seis dias por semana constitui excedente de trabalho cujos produtos reverterem exclusivamente para os donos e servem para os sustentar e enriquecer.

Outro exemplo é o dos grandes domínios da alta Idade Média. As terras destes domínios estavam divididas em três partes: as comunas, a terra que permanecia propriedade colectiva, isto é, os bosques e as pradarias, os pântanos, etc.; as terras nas quais os servos trabalhavam para conseguir o seu sustento e o da família; e finalmente a terra em que o servo trabalhava para sustentar o senhor feudal. Em geral a semana de trabalho é aqui de seis e não de sete dias, dividida em duas partes iguais: três dias por semana o servo trabalha na terra cujos produtos lhe são destinados; três dias por semana trabalha na terra do senhor feudal, sem qualquer remuneração, fornecendo trabalho gratuito à classe dominante.

Podemos definir o produto destas duas diferentes espécies de trabalho por um termo também diferente. Quando o produtor realiza trabalho necessário, produz produto necessário. Quando realiza excedente de trabalho produz sobreproduto social.

O sobreproduto social é portanto a parte da produção social, que é produzida pela classe dos produtores, da qual a classe dominante se apropria, sob que forma seja, seja sob a forma de produtos naturais, de mercadorias destinadas a serem vendidas, ou ainda sob a forma de dinheiro.

A mais-valia é apenas a forma monetária do sobreproduto social. Quando é exclusivamente sobre a forma de dinheiro que a classe dominante se apropria da parte da produção de uma sociedade a que acima chamámos "sobreproduto", já não falamos do sobreproduto mas sim de "mais-valia".

Isto não é senão uma primeira tentativa de definição da mais-valia, à qual voltaremos em seguida.

Qual é a origem do sobreproduto social? O sobreproduto social apresenta-se-nos como produto de apropriação gratuita

Divisão do trabalho

&

Excedente

Trab. necessário (subsist.)

&

Excedente de trabalho (sobreprod.)

Prod. necessário &

Sobrep. social

Mais-valia:

sobrep. monet.

— isto é, a apropriação sem ter em troca qualquer contrapartida em valor — de uma parte da produção da classe produtiva pela classe dominante. Quando o escravo trabalha seis dias por semana na plantação do dono, e todo o produto do trabalho é açambarcado pelo proprietário sem qualquer remuneração, fornecido pelo escravo ao dono. Quando o servo trabalha três dias por semana na terra do senhor, a origem deste rendimento, deste sobreproduto social, é ainda o trabalho não remunerado, o trabalho gratuito fornecido pelo servo.

Veremos em seguida que a origem da mais-valia capitalista, isto é, do rendimento da classe burguesa na sociedade capitalista é exactamente o mesmo: o trabalho não remunerado, o trabalho gratuito, o trabalho fornecido pelo proletário sem contravalor, pelo assalariado ao capitalista.

MERCADORIAS, VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

Eis então algumas definições de base que são os instrumentos com que trabalharemos ao longo dos três capítulos desta exposição. É necessário juntar-lhes, ainda, algumas:

Todo o produto do trabalho humano deve ter, normalmente, uma utilidade, deve poder satisfazer uma necessidade humana. Portanto todo o produto do trabalho humano possui um valor de uso. O termo "valor de uso" será utilizado, no entanto, de duas maneiras diferentes. Falaremos do valor de uso de uma mercadoria, e falaremos também dos valores de uso, diremos que nesta ou naquela sociedade, não se produzem senão valores de uso, isto é, produtos exclusivamente destinados ao consumo directo daqueles que os apropriem (os produtores ou as classes dirigentes).

Mas ao lado deste valor de uso, o produto do trabalho humano pode ter, também, um outro valor, *um valor de troca*. Pode ser produzido para consumo directo dos produtores ou das classes poderosas, mas para ser trocado no mercado, para

ser vendido. A massa dos produtos destinados a serem vendidos deixa de constituir uma simples produção de valores de uso, para ser uma produção de mercadorias.

Uma mercadoria, é então, um produto que não foi criado com o fim de ser consumido directamente, mas com o fim de ser trocado no mercado. *Toda a mercadoria deve portanto ter, simultaneamente, um valor de uso e um valor de troca.*

Deve ter um valor de uso, pois se não o tivesse, ninguém compraria, pois só se compra uma mercadoria com o fim de a consumir, de satisfazer uma necessidade qualquer com a sua compra. Se uma mercadoria não possui valor de uso para ninguém, é invendável, terá sido produzida inutilmente e não terá valor de troca. Só tem valor de troca na medida em que é produzido numa sociedade baseada na troca, numa sociedade onde a troca é vulgarmente praticada.

^{sup} Haverá sociedades nas quais os produtos não têm valor de troca? Na base do valor de troca, e *à fortiori*, do comércio e do mercado, encontra-se um grau determinado de divisão de trabalho. Para que os produtos não sejam imediatamente consumidos pelos produtores, é necessário que nem todos produzam o mesmo. Se numa colectividade determinada, não há divisão de trabalho, ou apenas existe divisão muito rudimentar, é manifesto que não há motivo para que a troca apareça. Normalmente, um produtor de trigo não tem nada para trocar com outro produtor de trigo. Mas desde que há produtos com um valor de uso diferente, a troca que pode estabelecer-se, a princípio ocasionalmente, pode em seguida generalizar-se. Começam portanto, pouco a pouco, a aparecer ao lado de produtos criados com o simples fim de serem consumidos pelos seus produtores, outros destinados a serem trocados, as mercadorias.

^{sb} Na sociedade capitalista, a produção para o mercado, a produção de valores de troca, conhece a maior extensão. É a primeira sociedade da história humana na qual a maior parte da produção é composta de mercadorias. Não podemos dizer

Mercadoria:
produto c/
fins de troca

que toda a produção é uma produção de mercadorias. Há duas categorias de produtos que continuaram a ter valores de uso simplesmente.

Em primeiro lugar, tudo o que é produzido para o auto-consumo dos camponeses, tudo o que é consumido nas herdades que produzem os produtos. Encontramos a produção para autoconsumo dos agricultores mesmo nos países capitalistas mais avançados como os Estados Unidos, mas onde não constitui senão uma pequena parte da produção agrícola total. Quanto mais atrasada estiver a agricultura de um país, maior é em geral a fracção da produção agrícola destinada ao auto-consumo, o que cria grandes dificuldades para calcular de uma maneira precisa o rendimento nacional destes países.

Uma segunda categoria de produtos que são ainda simples valores de uso e não mercadorias, em regime capitalista, é tudo o que é produzido nos trabalhos domésticos. Ainda que necessite do dispêndio de grande quantidade de trabalho, toda a produção de trabalhos domésticos constitui uma produção de valores de uso e não uma produção de mercadorias. Quando se faz a sopa, ou quando se pregam botões, produz-se, mas não se produz para o mercado.

A aparição, depois a regularização e a generalização da produção de mercadorias, transformou radicalmente o modo de trabalho dos homens e o modo como organizam a sociedade.

A TEORIA MARXISTA DA ALIENAÇÃO

O leitor já ouviu falar da teoria marxista da alienação. A aparição, a regularização, a generalização da produção mercantil estão estreitamente ligadas à extensão destes fenómenos da alienação.

Não nos podemos alongar aqui sobre este aspecto da questão. Mas é, no entanto, extremamente importante

compreender este facto, pois a sociedade mercantil não cobre unicamente a época do capitalismo. Engloba também a *pequena* produção mercantil, de que falaremos em seguida. Há também uma sociedade mercantil pós-capitalista, a sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo, a sociedade soviética dos nossos dias, uma sociedade que permanece ainda largamente fundamentada sobre a produção de valores de troca. Quando apreendermos algumas características fundamentais da sociedade mercantil, compreenderemos porque é que certos fenómenos da alienação podem ser eliminados na época de transição entre o capitalismo e o socialismo como por exemplo na sociedade soviética de hoje.

Mas o fenómeno da alienação não existe manifestamente — pelo menos sob esta forma — numa sociedade que não conheça a produção mercantil, onde há uma unidade de vida individual e de actividade social muito primitiva. O homem trabalha, e em geral não trabalha só, mas num conjunto colectivo com uma estrutura mais ou menos orgânica. Este trabalho consiste em transformar directamente as coisas materiais. Quer dizer que a actividade do trabalho, a actividade da produção, a actividade de consumo, e as relações entre o indivíduo e a sociedade, são reguladas por um certo equilíbrio que é mais ou menos permanente.

Com certeza que não existem motivos para embelezar a sociedade primitiva submetida a pressões e catástrofes periódicas causadas pela sua extrema pobreza. O equilíbrio está sujeito a todo o momento a ser destruído pela penúria, pela miséria, pelas catástrofes naturais, etc, etc. Mas entre estas duas catástrofes, sobretudo a partir de um certo grau de desenvolvimento da agricultura, e de certas condições climatológicas favoráveis, foi criada uma certa unidade, uma certa harmonia, um certo equilíbrio entre, praticamente todas as actividades humanas.

As consequências desastrosas da divisão de trabalho, como a separação completa de tudo o que é a actividade estéti-

Exceções de
produtos no
cap. que
m são
mercadorias

ca, esforço artístico, ambição criadora, das actividades produtivas, puramente mecânicas, repetitivas, não existiam na sociedade primitiva. Pelo contrário, a maior parte das artes, tanto a música e a escultura como a pintura e a dança estavam originalmente ligados à produção, ao trabalho. O desejo de dar uma forma agradável, bonita, aos produtos que se consumiam quer individualmente quer em família, quer num grupo de parentesco mais longo, integrava-se normal, harmoniosa e organicamente no trabalho de todos os dias.

O trabalho não era sentido como uma obrigação imposta do exterior, em tensão muito menos esgotante que o trabalho na sociedade capitalista actual, e isto porque estava em maior escala sujeito aos ritmos próprios do organismo humano e aos ritmos da natureza. O número de dias de trabalho raramente ultrapassava os 150 ou 200 por ano, enquanto que na sociedade capitalista aproxima-se perigosamente dos 300 e ultrapassa-os algumas vezes. Em seguida, porque subsiste a unidade entre o produtor, o produto e o consumo, porque o produtor, geralmente produzia para seu próprio uso, ou para o dos seus próximos, e o trabalho conservava então um aspecto directamente funcional. A alienação moderna nasce, sobretudo da separação do produtor e do produto o que é por sua vez resultado da divisão do trabalho e resultado de mercadorias, isto é, do trabalho para um mercado, para um consumidor desconhecido, e não para consumo do próprio produtor.

O reverso da medalha, é que uma sociedade produzindo unicamente valores de uso, uma sociedade produzindo unicamente bens de consumo imediato dos seus produtores foi sempre no passado uma sociedade extremamente pobre. Portanto é uma sociedade que não está apenas submetida aos caprichos das forças da natureza, mas também a uma sobriedade que limita aos extremos as necessidades humanas, na medida em que é pobre e dispõe apenas de uma gama limitada de produtos. As necessidades não são senão muito parcialmente qualquer coisa de inato no homem. Há uma interacção

constante entre a produção e as necessidades, entre o desenvolvimento das forças produtivas e o aparecimento das necessidades. Apenas numa sociedade que desenvolve ao mais alto grau a produção do trabalho e que desenvolve uma gama infinita de produtos, o homem pode também conhecer o desenvolvimento contínuo das suas necessidades, o desenvolvimento integral da sua humanidade.

A LEI DO VALOR

Uma das consequências do aparecimento e da generalização progressiva da produção de mercadorias é que o próprio trabalho começa a tornar-se em qualquer coisa regular, uma coisa medida, quer dizer, que o próprio trabalho deixa de ser uma actividade integrada nos ritmos da natureza, conforme os ritmos fisiológicos próprios do homem.

Até ao séc. XIX e talvez mesmo até ao séc. XX, em certas regiões da Europa Ocidental os camponeses não trabalhavam de maneira regular, não trabalhavam todos os meses do ano com a mesma intensidade. Em algumas épocas do ano de trabalho tinham um trabalho extremamente intenso. Mas a par disto, havia grandes interrupções na actividade, nomeadamente durante o inverno. Quando a sociedade capitalista se desenvolveu, encontrou nesta parte mais atrasada da agricultura da maior parte dos países capitalistas, uma reserva de mão-de-obra particularmente interessante, isto é, uma mão-de-obra que ia trabalhar 6 meses por ano, ou 4 meses por ano, à fábrica, e que podia trabalhar em troca de salários muito inferiores, visto que uma parte da sua subsistência era fornecida pela exploração agrícola que se mantinha.

Quando se examinam explorações muito mais desenvolvidas, mais prósperas, estabelecidas por exemplo à volta das grandes cidades, isto é, explorações que estão efectivamente a industrializar-se, encontra-se um trabalho muito mais regular

Origem da
alienação

e um emprego de trabalho muito maior que se efectua regularmente ao longo de todo o ano e que elimina pouco a pouco os tempos mortos. Isto não é só verdadeiro da nossa época, mas já era mesmo na Idade Média, digamos a partir do séc. XII: quanto mais próximo das cidades, isto é, dos mercados, mais o trabalho do camponês é um trabalho para o mercado, isto é, uma produção de mercadorias, e mais este trabalho é regularizado, mais ou menos permanente, como se fosse um trabalho dentro de uma empresa industrial.

Noutros termos: quanto mais a produção de mercadorias se generaliza tanto mais o trabalho se regulariza, e mais a sociedade se organiza em torno de uma contabilidade fundamentada no trabalho.

Se se examinar a divisão do trabalho já bastante avançada de uma comuna no início do desenvolvimento comercial e artesanal da Idade Média; se se examinarem colectividades de civilizações como a civilização bizantina, árabe, hindu, chinesa e japonesa, é-se chocado sempre pela existência de uma integração muito avançada entre a agricultura e diversas técnicas artesanais, de uma regularidade do trabalho tanto no campo como na cidade e que faz a contabilidade em trabalho, da contabilidade em horas de trabalho, o motor que regulamenta toda a actividade e a própria estrutura das colectividades. No capítulo relativo à lei do valor do "Traité d'Économie Marxiste" (1), dei grande número de exemplos duma contabilidade em horas de trabalho. Em certas aldeias indianas, uma determinada casta monopoliza o trabalho do ferreiro, mas continua simultaneamente a lavrar a terra para produzir os seus alimentos. Foi estabelecida a seguinte regra: quando o ferreiro fabrica um instrumento de trabalho ou uma arma para uma Comunidade agrícola, é esta Comunidade que lhe fornece as matérias-primas e, *durante o tempo em*

1. Traité d'Économie Marxiste, Ernest Mandel, Julliard, Paris, 1964 (N.T.).

que ele as trabalha para fabricar o instrumento, o camponês para quem ele produz trabalha na terra do ferreiro. Quer dizer, que há uma *equivalência em horas de trabalho que regula as trocas* de um modo perfeitamente claro.

Nas aldeias japonesas da Idade Média, há dentro da comunidade da aldeia uma contabilidade em horas de trabalho no sentido exacto do termo. Um habitante da aldeia tem uma espécie de livro grande em que regista as horas em que os diferentes aldeões trabalham reciprocamente nos campos uns dos outros, pois a produção agrícola é ainda largamente baseada sobre a cooperação do trabalho, e em geral a colheita, a construção de quintas e a criação de animais são feitas em comum. Calcula-se de maneira extremamente exacta o número de horas de trabalho que os membros de uma família tem de fornecer aos membros de uma outra família. Deve haver, no fim do ano, um equilíbrio, isto é, os membros da família B devem ter fornecido aos membros da família A o mesmo número de horas que os membros da família A forneceram durante o mesmo ano aos membros da família B. Os japoneses aperfeiçoaram ainda este cálculo — há quase 100 anos! — até ao ponto de ter em conta o facto de as crianças fornecerem uma quantidade menor que os adultos, isto é, que uma hora de trabalho de crianças não "vale" senão meia-hora de trabalho adulto, e deste modo se estabelece ainda toda a contabilidade.

Um outro exemplo permite-nos compreender de um modo imediato a generalização desta contabilidade baseada sobre a economia do tempo de trabalho: a conversão da renda feudal. Numa sociedade feudal o sobreproduto agrícola pode ter três formas diferentes: a renda em trabalho ou *corveia*, a renda em géneros e ainda a renda em dinheiro.

Quando se passa da corveia para a renda em géneros, efectua-se evidentemente um processo de conversão. Em vez do camponês dar três dias de trabalho por semana ao senhor, dá-lhe agora em cada época agrícola uma quantidade certa de

milho, ou de gado, etc. Efectua-se uma segunda conversão quando se passa da renda em géneros para a renda em dinheiro. As duas conversões têm de ser baseadas sobre uma contabilidade de horas de trabalho muito rigorosas, se uma das partes não quer ser imediatamente lesada por esta operação. Se no momento em que se faz a primeira conversão, quer dizer, no momento em que, em vez de fornecer 150 dias de trabalho por ano, ao senhor feudal o camponês lhe entrega uma certa quantidade de milho, e para produzir essa quantidade x de milho bastavam 75 dias de trabalho, desta conversão da renda-trabalho em renda-géneros resultaria o empobrecimento muito brusco do proprietário feudal e o enriquecimento muito rápido dos servos.

Os proprietários de terras — podemos confiar neles! — tinham atenção nessas conversões para assegurar a equivalência aproximada entre as diferentes formas da renda. Esta conversão podia concertar-se contra uma das classes em presença, por exemplo, contra os proprietários de terras quando uma brusca subida dos preços agrícolas se produzia depois da transformação da renda em géneros na renda em dinheiro, mas então é resultado de um processo histórico completo e não resultado da conversão em si.

A origem desta economia fundada na contabilidade do tempo de trabalho aparece ainda claramente na divisão do trabalho entre a agricultura e o artesanato na aldeia. Durante um longo período, esta divisão do trabalho é ainda bastante rudimentar. Parte dos camponeses durante muito tempo, continua a fazer uma parte da sua roupa, na Europa Ocidental desde a origem das cidades medievais até ao séc. XIX, ou seja, quase mil anos, de onde se compreende que a técnica da produção de roupa não tenha segredos para o cultivador.

Logo que se estabelecem trocas regulares entre cultivadores e artífices produtores de têxteis, estabelecem-se também equivalências regulares, por exemplo, troca-se uma vara de tecido por 10 libras de manteiga e não por 100 libras. É

portanto evidente que, baseados na sua própria experiência, os camponeses conhecem o tempo de trabalho aproximadamente necessário para produzir uma determinada quantidade de tecido. Se não houvesse uma equivalência mais ou menos exacta entre a duração do trabalho necessário para produzir a quantidade de tecido trocada por uma determinada quantidade de manteiga, a divisão do trabalho modificar-se-ia imediatamente. Se fosse mais interessante para ele produzir tecido do que manteiga, mudaria efectivamente de produção, dado que estamos só no limiar de uma divisão de trabalho radical, que as fronteiras entre as diferentes técnicas são ainda vagas, e que é ainda possível a passagem de uma actividade económica para uma outra, sobretudo se esta traz consigo vantagens materiais verdadeiramente notáveis.

No próprio interior da cidade medieval existe, aliás um equilíbrio extremamente sensato, calculado entre as diferentes profissões, inscrito nos estatutos corporativos limitando quase minuto por minuto o tempo de trabalho a consagrar à produção dos diferentes produtos. Nestas condições, seria inconcebível que o sapateiro ou o ferreiro pudessem obter a mesma soma de dinheiro pelo produto de metade do tempo de trabalho que seria necessário a um tecelão ou a um outro artífice para obter essa soma em troca dos seus próprios produtos.

Assim compreendemos muito bem o mecanismo dessa contabilidade em horas de trabalho, o funcionamento dessa sociedade baseada numa economia em tempo de trabalho, que geralmente caracteriza toda essa fase que se chama a *pequena produção mercantil*, que se intercala entre uma economia puramente natural, na qual só se produzem valores de uso, e a sociedade capitalista na qual a produção da mercadoria toma uma expansão ilimitada.

DETERMINAÇÃO DO VALOR DE TROCA DAS MERCADORIAS

Precisando que a produção e a troca de mercadorias se regularizam e se generalizam no seio de uma sociedade que estava fundamentada sobre uma economia em tempo de trabalho, compreendemos por que razão, pela sua origem e pela sua própria natureza, a troca de mercadorias se baseia nessa mesma contabilidade em horas de trabalho e que a regra geral que se estabelece é, pois, a seguinte: o valor de troca de uma mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho necessário para a produzir, sendo essa quantidade de trabalho medida pela duração do trabalho durante o qual a mercadoria se produziu.

Algumas precisões se devem juntar a esta definição geral que constitui a teoria do valor-trabalho, base ao mesmo tempo de economia política clássica burguesa, entre o séc. XVII e o início do séc. XIX, de William Peny a Ricardo, e a teoria económica marxista, que retomou e aperfeiçoou essa mesma teoria do valor-trabalho.

Primeira precisão: os homens não têm todos a mesma capacidade de trabalho, não têm todos a mesma energia, não possuem todos o mesmo domínio do seu ofício. Se o valor de troca das mercadorias dependesse somente de quantidade de trabalho *individualmente* gasto, efectivamente gasto *por cada indivíduo* para produzir uma mercadoria, chegar-se-ia a uma situação absurda: quanto mais um produtor fosse preguiçoso e incapaz, tanto maior seria o número de horas que levaria a produzir um par de sapatos, e tanto maior seria o valor desse par de sapatos! É evidentemente impossível, pois o valor de troca não constitui uma recompensa moral pelo facto de se ter querido trabalhar: constitui um *laço objectivo estabelecido entre produtores independentes* para estabelecer a igualdade entre todas as profissões, numa sociedade fundamentada sobre a divisão do trabalho como sobre a economia do tempo de trabalho. Numa sociedade desse tipo, o desperdício de tra-

balho é uma coisa que não pode ser recompensada, mas que, pelo contrário, é automaticamente penalizada. Quem quer que forneça, para produzir um par de sapatos, mais horas de trabalho do que a média necessária — sendo essa média necessária determinada pela produtividade média do trabalho e inscrita por exemplo nos Estatutos da Profissões! — dissipou trabalho humano, trabalhou para nada, em pura perda, durante certo número dessas horas de trabalho, e em troca dessas horas dissipadas não receberá absolutamente nada.

Noutros termos: o valor de troca de uma mercadoria é determinado não pela quantidade de trabalho gasto para a produção dessa mercadoria por cada produtor individual, mas pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a produzir. A fórmula "socialmente necessária" significa: a quantidade de trabalho necessário nas condições médias de produtividade no trabalho existente numa época e num país determinado.

Esta precisão tem, aliás, importantes aplicações quando se examina mais de perto o funcionamento da sociedade capitalista.

Contudo, uma grande precisão se impõe ainda. O que é que quer dizer exactamente "quantidade de trabalho"? Há trabalhadores de qualidades diferentes. Haverá uma equivalência total entre uma hora de trabalho de cada um deles, abstractando dessa qualificação? Mais uma vez, não é uma questão de moral, é uma questão de lógica interna, de uma sociedade fundamentada sobre a igualdade entre as profissões, a igualdade no mercado, na qual as condições de desigualdade romperiam imediatamente o equilíbrio social.

Que aconteceria, por exemplo, se uma hora de trabalho de um servente de pedreiro não produzisse menos valor do que uma hora de trabalho de um operário qualificado, que precisou de 4 ou 6 anos de aprendizagem para obter a sua qualificação? Ninguém mais quereria, evidentemente, qualificar-se. As horas de trabalho fornecidas para obter a qualifica-

qtd. de
trab.
socialmente
necessária
(valor médio)

Qualif. da
mão de
obra e
trab. com
posto

ção teriam sido gastas com pura perda, em troca delas o aprendiz tornado operário qualificado não recebia mais nenhuma contrapartida. Para que os jovens queiram qualificar-se numa economia fundamentada sobre a contabilidade em horas de trabalho, é necessário que o tempo que eles perderam para adquirir a sua qualificação seja remunerado, que recebam uma remuneração em troca desse tempo. A nossa definição de valor de troca de uma mercadoria vai, pois, completar-se da seguinte maneira: "Uma hora de trabalho de um operário qualificado deve ser considerada como trabalho complexo, trabalho composto, como um múltiplo de uma hora de trabalho de um servente de pedreiro, não sendo evidentemente arbitrário esse coeficiente de multiplicação, mas baseado simplesmente nas despesas de aquisição da qualificação". Diga-se de passagem, na União Soviética, na época estaliniana, havia sempre algo de vago na explicação do trabalho composto, algo de vago que não foi corrigido posteriormente. Diz-se aí ainda que a remuneração do trabalho deve fazer-se segundo a quantidade e a qualidade do trabalho fornecido, mas a noção de qualidade já não é tomada no sentido marxista do termo, isto é, de uma qualidade quantitativamente mensurável por um coeficiente de multiplicação determinado. É pelo contrário usada no sentido ideológico burguês do termo, pretendendo-se que a qualidade do trabalho é medida pela sua utilidade social, e assim se justificam as remunerações de um marechal, de uma bailarina ou de um director de "Trust", que se tornaram dez vezes superiores às de um operário ajudante de pedreiro. Trata-se simplesmente de uma teoria apologética para justificar as enormes diferenças de remuneração que existiam na época estaliniana e que ainda subsistem, embora actualmente numa porção mais reduzida, na União Soviética. O valor de troca de uma mercadoria é, pois, determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir, sendo o trabalho qualificado considerado como um

múltiplo de trabalho simples, multiplicado por um coeficiente mais ou menos mensurável.

Eis o fulcro da teoria marxista do valor, que é a base de toda a teoria económica marxista em geral. Do mesmo modo, a teoria do sobreproduto social e do sobre-trabalho de que falámos ao princípio desta exposição, constitui o fundamento de toda a sociologia marxista e a ponte que une a análise sociológica e histórica de Marx, a sua teoria das classes e da evolução da sociedade em geral, à teoria económica marxista e, mais exactamente, à análise da sociedade mercantil, pré-capitalista e post-capitalista.

O QUE É O TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO

Como se referiu anteriormente, a definição particular da quantidade de trabalho *socialmente* necessário para produzir uma mercadoria tem uma aplicação muitíssimo particular e extremamente importante na análise da sociedade capitalista. Parece mais útil tratá-la imediatamente, embora logicamente o problema se situe de preferência no capítulo seguinte.

O total de todas as mercadorias produzidas num país numa época determinada, foi criado a fim de satisfazer as necessidades do conjunto dos membros dessa sociedade. Porque uma mercadoria que não correspondesse às necessidades de ninguém, seria a priori invendável, não teria nenhum valor de troca, já não seria uma mercadoria, mas simplesmente o produto do capricho, de uma brincadeira desinteressada de um produtor. Além disso, o total do poder de compra que existe nessa sociedade determinada, num momento determinado, e que se destina a ser gasto no mercado, que não é entesourado, deveria ser destinado a comprar o total dessas mercadorias produzidas, se se pretende que exista equilíbrio económico. Esse equilíbrio implica pois que o conjunto da produção social, o conjunto das forças produtivas à disposição da sociedade, o conjunto de horas de trabalho de que esta socie-

Valor-trab.
(resumo)

crises

dade dispõe, tenham sido partilhadas pelos diferentes ramos industriais, em proporção do modo como os consumidores partilham o seu poder de compra pelas suas diferentes necessidades pecuniariamente solvíveis. Quando a repartição das forças produtivas deixa de corresponder a essa repartição das necessidades, o equilíbrio económico desfaz-se, aparecem lado a lado a sobreprodução e a subprodução.

Tomemos um exemplo um pouco banal: pelos fins do século XIX e inícios do século XX, numa cidade como Paris, havia uma indústria de fabrico de carruagens e diferentes mercadorias ligadas ao transporte por atrelagem, que ocupava milhares senão dezenas de milhares de trabalhadores.

Ao mesmo tempo nasce a indústria automóvel, ainda uma pequeníssima indústria, mas tem já dezenas de construtores, e ocupa já vários milhares de operários.

Ora, o que se passa durante este período? O número de atrelagens começa a diminuir e o número de automóveis começa a aumentar. Temos, portanto, por um lado, a produção para transporte por atrelagem com tendência para *ultrapassar as necessidades sociais*, a maneira como o conjunto dos parisienses partilha o seu poder de compra; e temos por outro lado, uma produção de automóveis que permanece *inferior às necessidades sociais*; uma vez que a indústria automóvel foi lançada, foi-o num clima de escassez até à produção em série. Havia menos automóveis do que os pedidos no mercado.

Como exprimir estes fenómenos em termos da teoria do valor-trabalho? Pode dizer-se que nos sectores da indústria da atrelagem, *gasta-se mais trabalho do que é socialmente necessário*, que uma parte do trabalho assim fornecido pelo conjunto das empresas da indústria de atrelagem é um trabalho socialmente dissipado, que não tem equivalente no mercado, que produz, portanto, mercadorias invendáveis. Quando as mercadorias são invendáveis numa sociedade capitalista, isso quer dizer que se investiu, num ramo industrial determinado, trabalho humano *que se verifica não ser trabalho socialmente*

necessário, isto é, em contrapartida do qual já não há poder de compra no mercado. Trabalho que não é socialmente necessário é trabalho dissipado, é trabalho que não produz valor. Vemos assim que a noção de trabalho socialmente necessário cobre uma série completa de fenómenos.

Em relação aos produtos da indústria de atrelagem, a oferta ultrapassa a procura, os preços descem e as mercadorias tornam-se invendáveis. Pelo contrário, na indústria automóvel, a procura ultrapassa a oferta, e por essa razão os preços aumentam e há uma subprodução. Mas contentar-se com estas banalidades sobre a oferta e a procura é parar no aspecto psicológico e individual do problema. Pelo contrário, aprofundando o seu aspecto colectivo e social, compreende-se o que existe para lá destas aparências, numa sociedade organizada sobre a base de uma economia do tempo de trabalho. Quando a oferta ultrapassa a procura, isso quer dizer que a produção capitalista, que é uma produção anárquica, uma produção não planificada, não organizada, investiu anarquicamente, gastou num ramo industrial mais horas de trabalho do que era socialmente necessário, forneceu uma série de horas trabalho em pura perda, dissipou portanto trabalho humano, e que esse trabalho humano dissipado não será recompensado pela sociedade. Inversamente, um ramo industrial para o qual a procura é ainda superior à oferta é, se quiserem, um ramo industrial que está ainda subdesenvolvido relativamente às necessidades sociais e é portanto um ramo social que gastou menos horas de trabalho do que é socialmente necessário e que, por isso, se recebe da sociedade um prémio, para aumentar essa produção e levá-la a um equilíbrio com as necessidades sociais. Eis um aspecto do problema do trabalho socialmente necessário num regime capitalista. O outro aspecto desse problema está mais directamente ligado ao movimento da produtividade do trabalho. É a mesma coisa, mas abstraindo das necessidades sociais, do aspecto "valor de uso" da produção.

Sobreprod.
e trab.
dissipado

Resultado
da prod.
avanzada
do cap.

Há no regime capitalista uma produtividade do trabalho que está em constante movimento. Há sempre, grosso modo, três espécies de empresas (ou de ramos industriais): as que estão tecnologicamente na média social; as que estão atrasadas, fora de moda, em perda de velocidade, inferiores à média social; e as que estão tecnologicamente na vanguarda, superiores à produtividade média.

O que é que quer dizer um ramo ou uma empresa tecnologicamente atrasada, cuja produtividade do trabalho é inferior à produtividade média do trabalho? Podemos imaginar esse ramo ou essa empresa pelo sapateiro preguiçoso de há bocado; isto é, trata-se de um ramo ou de uma empresa que, em vez de poder produzir uma quantidade de mercadorias em três horas de trabalho, como exige a média social da produtividade, nesse dado momento, exige cinco horas de trabalho para produzir essa quantidade. As duas horas de trabalho suplementares foram fornecidas com uma perda, é uma dissipação de trabalho social de uma fracção do trabalho total disponível à sociedade, e em troca desse trabalho dissipado, não receberá nenhum equivalente da sociedade. Isto quer dizer pois que o preço da venda desta indústria ou desta empresa que trabalha abaixo da média da produtividade se aproxima do seu preço de custo, ou que descerá mesmo abaixo desse preço de custo, isto é, que ela trabalha com uma taxa muito pequena ou mesmo que trabalha com perdas.

Pelo contrário, uma empresa ou um ramo industrial com um nível de produtividade superior à média (semelhante ao sapateiro que pode produzir dois pares de sapatos em 3 horas, enquanto que a média social é de um par de 3 em 3 horas), essa empresa ou esse ramo industrial *economiza* despesas de trabalho social e alcançará, por isso, um super-lucro, isto é, a diferença entre o preço da venda e o seu preço de custo será superior ao lucro médio.

A procura deste super-lucro é, evidentemente, o motor de toda a economia capitalista. Toda a empresa capitalista é leva-

Busca pelo super-lucro faz c/ que sempre se eleva a taxa média de produtividade (correr p/ se manter no mesmo lugar)

da pela concorrência a tentar obter mais lucros, pois é essa a única condição para que possa melhorar constantemente a sua tecnologia, a sua produtividade do trabalho. Todas as firmas são pois conduzidas para esse caminho, o que implica que o que era inicialmente uma produtividade acima da média acabe por se tornar uma produtividade média. Então o super-lucro desaparece. Toda a estratégia da indústria capitalista resulta deste facto, deste desejo de todas as empresas de conquistarem num país uma produtividade acima da média afim de obter um super-lucro, o que provoca um movimento que faz desaparecer o super-lucro pela tendência para a elevação constante da *média* da produtividade do trabalho. É assim que se chega ao declínio tendencial da taxa de lucro.

ORIGENS E NATUREZA DA MAIS-VALIA

O que é agora a mais-valia? Considerada do ponto de vista da teoria marxista do valor, podemos já responder a esta pergunta. A mais-valia é apenas a forma monetária do sobre-produto social, quer dizer a forma monetária dessa parte da produção do proletário que é cedida sem contrapartida ao proprietário dos meios de produção.

Definição

Como é que esta cedência se efectua praticamente na sociedade capitalista? Produz-se através da troca como todas as operações importantes da sociedade capitalista, que são sempre relações de troca. O capitalista compra a força de trabalho do operário, e em troca desse salário, apropria-se de todo o produto fabricado por esse operário, de todo o valor novamente produzido que se incorpora no valor desse produto.

Podemos dizer então que a mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo operário e o valor da sua própria força de trabalho. Qual é o valor da força de trabalho? Essa força de trabalho é uma mercadoria na sociedade capitalista,

Busca pelo
super-lucro
como motor
do cap., pois
permite o inv.
na prod. e o aumento da competitividade da manufatura ao nível médio de prod.

Valor da
força de
trabalho
enquanto
mercadoria

↓
"mínimo
vital"

e como valor de todas as outras mercadorias, o seu valor é a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir, isto é, as despesas de manutenção do operário, no sentido largo do termo. A noção do salário mínimo vital, a noção do salário médio não é uma noção fisiologicamente rígida mas incorpora necessidades que variam com o progresso da produtividade do trabalho, que, em geral, tem tendência a aumentar com o progresso da técnica e que não são pois exactamente comparáveis no tempo. Não se pode comparar quantitativamente o salário mínimo vital do ano de 1830 com o de 1960; alguns teóricos do PCF compreenderam-no à sua custa. Não se pode comparar validamente o preço de uma motocicleta em 1960 com o preço de um certo número de quilos de carne de 1830, para concluir que a primeira "vale" menos do que os segundos.

Resumo

Dito isto, repetimos que as despesas da manutenção da força de trabalho constituem pois o valor da força de trabalho, e que a mais valia constitui a diferença entre o valor produzido pela força de trabalho, e as suas próprias despesas de manutenção.

O valor produzido pela força de trabalho é mensurável unicamente pela duração desse trabalho. Se um operário trabalha 10 horas produziu um valor de 10 horas de trabalho. Se as despesas de manutenção do operário, quer dizer o equivalente do seu salário, representassem igualmente 10 horas de trabalho, então não haveria mais-valia. Este não passa de um caso particular de uma regra mais geral: quando o conjunto do produto do trabalho é igual ao produto necessário para alimentar e sustentar o produtor, não há sobreproduto social.

Mas num regime capitalista o grau de produtividade do trabalho, é tal que as despesas da manutenção do trabalhador são sempre inferiores à quantidade do valor produzido de novo. Isto é, um operário que trabalha 10 horas não precisa do equivalente de 10 horas de trabalho para se manter em vida segundo as necessidades médias da época. O equivalente

do salário não representa sempre uma fracção do dia de trabalho; e o que está para lá dessa fracção é a mais-valia, é o trabalho gratuito que o operário fornece e de que o capitalista se apropria sem nenhum equivalente. Aliás, se esta diferença não existisse, nenhum patrão contrataria um operário, porque a compra da força de trabalho não lhe proporcionaria nenhum proveito.

VALIDADE DA TEORIA DO VALOR-TRABALHO

Para concluir, três provas tradicionais da teoria do valor-trabalho.

Uma primeira prova é a prova analítica ou, se quiserem, a decomposição do preço de cada mercadoria nos seus elementos constitutivos, demonstrando que se formos suficientemente longe não encontramos senão trabalho.

O preço de todas as mercadorias pode ser referido a um certo número de elementos: a reintegração das máquinas e das construções, aquilo a que chamamos a reconstituição do capital fixo; o preço das matérias-primas e dos produtos auxiliares; o salário; e finalmente tudo o que é mais-valia: lucros, juros, rendas, impostos, etc.

No que respeita a estes dois últimos elementos, o salário e a mais-valia, sabemos já que se trata de trabalho e de trabalho puro. No que respeita às matérias-primas, a maior parte dos seus preços reduzem-se em grande parte ao trabalho; por exemplo mais de 60% do preço do custo do carvão é constituído por salários se, no início, decomposermos os preços do custo médios das mercadorias em 40% de salários, 20% de mais-valia, 30% de matérias-primas e 10% de capital fixo e se suposermos que 60% do preço de custo das matérias-primas podem reduzir-se a trabalho, teremos já 78% do total dos preços de lucro reduzidos a trabalho. O resto do preço de custo das matérias-primas decompõe-se em

preço de outras matérias-primas — por sua vez redutíveis a 60% de trabalho — e preço de reintegração das máquinas. Os preços das máquinas comportam em grande parte trabalho (por exemplo 40%) e matérias-primas (por exemplo 40%, igualmente) a parte do trabalho no preço médio de todas as mercadorias passa assim, sucessivamente, a 83%, a 87%, a 89,5%, etc. É evidente que quanto mais prosseguirmos esta decomposição, tanto mais todo o preço tenderá a reduzir-se a trabalho, e somente a trabalho.

A segunda prova é a prova lógica; é a que se encontra no início do "Capital" de Marx, e que desconcertou bastantes leitores, porque não constitui certamente a maneira pedagógica mais simples de abordar o problema. Marx põe a seguinte questão: há um grande número de mercadorias. Estas mercadorias são permutáveis, o que quer dizer que devem ter uma qualidade comum. As coisas que não têm nenhuma qualidade comum são por definição incomparáveis.

Observemos cada uma destas mercadorias. Quais são as suas qualidades? Primeiramente elas têm uma série infinita de qualidades naturais: peso, comprimento, densidade, cor, largura, natureza molecular, em suma, todas as suas qualidades naturais, físicas, químicas, etc. Poderá alguma destas qualidades físicas estar na base da sua comparabilidade enquanto mercadorias, poderá ser a medida comum do seu valor de troca? Será talvez o peso? Manifestamente que não, porque um quilo de manteiga não tem o mesmo valor que um quilo de ouro. Será o volume, será o comprimento? Os exemplos mostrarão imediatamente que não. Em resumo, tudo o que é qualidade natural de uma mercadoria, tudo o que é qualidade física, química dessa mercadoria, determina certamente o valor de uso, a sua utilidade relativa, mas não o seu valor de troca. O valor de troca deve pois abstrair de tudo o que é qualidade natural, física, de mercadoria.

Temos que encontrar em todas estas mercadorias uma qualidade comum que não seja física. Marx conclui: a única

qualidade comum destas mercadorias que não seja física é a sua qualidade de serem todas produtos do trabalho humano, do trabalho humano tomado no sentido abstracto do termo.

Pode considerar-se o trabalho humano de duas maneiras diferentes. Pode considerar-se como trabalho concreto, específico: o trabalho do padeiro, o trabalho do carnicheiro, o trabalho do sapateiro, o trabalho do tecelão, o trabalho do ferreiro, etc. Mas enquanto se considera como trabalho específico, concreto, considera-se precisamente como trabalho que produz somente valores de uso.

Consideram-se então precisamente todas as qualidades que são físicas e que não são comparáveis entre as mercadorias. A única coisa que as mercadorias têm de comparável entre si do ponto de vista do seu valor de troca, é o facto de resultarem todas do trabalho humano abstracto, isto é, produzidas por produtores que têm como característica comum a circunstância de todos produzirem mercadoria para trocar.

É, portanto, o facto de serem produto do trabalho humano abstracto que é a qualidade comum das mercadorias, que fornece a medida do seu valor de troca, da sua possibilidade de serem permutadas. É, pois, a qualidade do trabalho socialmente necessário para as produzir que determina o valor de permuta destas mercadorias.

Acrescentemos imediatamente que este raciocínio de Marx é a um tempo abstracto e bastante difícil, e que conduz pelo menos a um ponto de interrogação que inúmeros críticos do marxismo tentaram utilizar, aliás, sem grande êxito.

O facto de ser produto do trabalho humano abstracto será verdadeiramente a única qualidade comum entre todas as mercadorias, independentemente das suas qualidades naturais? Um razoável número de autores julgou descobrir outras que, no entanto, se deixam, em geral, reduzir ou a qualidades físicas, ou ao facto de serem o produto do trabalho abstracto.

Uma terceira e última prova de exactidão da teoria do

valor-trabalho é a prova pelo absurdo que é aliás a mais elegante e a mais moderna.

Imaginemos por uns momentos uma sociedade na qual o trabalho humano vivo tivesse desaparecido totalmente, isto é, na qual toda a produção tivesse sido 100 por cento automatizada. Está claro, enquanto nos encontramos na fase intermediária, que conhecemos actualmente, durante a qual existe já trabalho completamente automatizado, isto é, algumas fábricas que já não empregam operários, enquanto noutras o trabalho humano continua a ser utilizado, não há problema teórico particular que se possa pôr mas simplesmente um problema de transferência da mais-valia de uma empresa para outra. É uma ilustração da lei de declínio da taxa de lucro que examinaremos em seguida.

Mas imaginemos este movimento levado à sua conclusão extrema. O trabalho humano foi totalmente eliminado de todas as formas de produção, de todas as formas de serviço. Poderá o valor subsistir nestas condições? O que seria uma sociedade na qual não houvesse já ninguém que tivesse rendimentos, mas na qual as mercadorias continuassem a ter um valor e a ser vendidas? Uma tal situação seria manifestamente absurda. Produzir-se-ia uma massa imensa de produtos cuja produção não cria nenhum rendimento, visto que não há nenhuma pessoa humana que intervenha nessa produção. Mas como "vender" esses produtos, se para os mesmos não existirem compradores? É evidente que numa tal sociedade a distribuição dos produtos não se faria já sob a forma de venda de mercadorias, venda que se tornara aliás também absurda pela abundância produzida pela automação geral.

Noutros termos, a sociedade na qual o trabalho humano foi totalmente eliminado da produção, no sentido mais geral do termo, incluindo os serviços, é uma sociedade na qual o valor de troca igualmente desapareceu. Isto prova bem a verdade da teoria: no momento em que o trabalho humano desapareceu da produção, o valor também desapareceu.

II

O CAPITAL E O CAPITALISMO

O CAPITAL NA SOCIEDADE PRÉ-CAPITALISTA

Entre a sociedade primitiva que ainda assenta numa economia natural, na qual não se produzem senão valores de uso destinados a ser consumidos pelos próprios produtores, e a sociedade capitalista, intercala-se um longo período da história da humanidade que engloba, no fundo todas as civilizações humanas que pararam na fronteira do capitalismo. O marxismo define-o como a sociedade da pequena produção mercantil. É pois uma sociedade que já conhece a produção de mercadorias, de bens destinados não ao consumo directo dos produtores mas a serem trocadas no mercado, na qual, no entanto, a produção mercantil não se generalizou ainda como na sociedade capitalista.

Numa sociedade fundada na pequena produção mercantil, há duas espécies de operações económicas que são efectuadas. Os camponeses e artífices que vão ao mercado com os produtos do seu trabalho querem vender essas mercadorias, cujo valor de uso não podem utilizar directamente, a fim de obter dinheiro, meios de troca para obterem outras mercadorias,

Sociedades c/
produção de
excedente p/
mercado, mas
ã general.
(dominante)

cujo valor de uso lhes faz falta ou é para eles mais importante que o valor de uso das mercadorias de que são proprietários.

O camponês vai ao mercado com o trigo, vende o trigo a dinheiro, e com esse dinheiro compra por exemplo tecidos. O artífice vem ao mercado com tecidos, vende os seus tecidos a dinheiro, e com esse dinheiro compra por exemplo trigo.

M-D-M

vender produtos
cl valor de
uso dist.

pl comprar
outros cl
vdu útil
pl si

Trata-se por conseguinte da operação: vender para comprar, Mercadoria—Dinheiro—Mercadoria, MDM, que se caracteriza por um facto essencial: nesta fórmula, o valor dos dois extremos é, por definição, exactamente o mesmo.

Mas na pequena produção mercantil aparece, ao lado do artífice e do pequeno camponês, uma outra personagem que efectua uma operação económica diferente. Em vez de vender para comprar, vai comprar para vender. Um homem que vai ao mercado, é um proprietário de dinheiro. O dinheiro não se pode vender; mas pode utilizar-se para comprar, e é o que ele faz: comprar para vender, afim de revender: D—M—D!

Há uma diferença fundamental entre esta segunda operação e a primeira. É que esta segunda operação não tem sentido se no fim estivermos em frente exactamente do mesmo valor que ao princípio. Ninguém compra uma mercadoria para a revender exactamente ao mesmo preço pelo qual a tinha comprado. A operação: "comprar para vender" só tem sentido se a venda traz um suplemento de valor, uma mais-valia. Por isso dizemos aqui que por definição A é maior que B e é composto de A mais B, sendo B a mais-valia, o acréscimo de valor de A. Definiremos agora o capital como um valor que se acresce de uma mais-valia, quer isso se passe no decurso da circulação das mercadorias como no exemplo que acabamos de escolher, quer isso se passe na produção como é o caso no regime capitalista. O capital é por conseguinte todo o valor que se acresce de uma mais-valia, e esse capital não existe só na sociedade capitalista, existe também na sociedade fundamentada na pequena produção mercantil. É preciso pois distinguir muito nitidamente a existência do capital e a existência do modo de

operação

D—M—D

pressão
mais-valia

②

Capital:

valor acrescido
de mais-valia

(via circulação
ou produção)

produção capitalista, da sociedade capitalista. O capital é muito mais antigo que o modo de produção capitalista. O capital existe provavelmente há perto de 3 000 anos, enquanto o modo de produção capitalista tem apenas 200 anos.

Qual é a forma do capital na sociedade pré-capitalista? É essencialmente um capital usurário e um capital mercantil ou comercial. A passagem da sociedade pré-capitalista à sociedade capitalista representa a penetração do capital na esfera da produção. O modo de produção capitalista é o primeiro modo de produção, a primeira forma de organização social, na qual o capital já não desempenha simplesmente o papel de intermediário e de explorador de formas de produção não capitalistas que continuam alicerçadas na pequena produção mercantil, mas nos quais o capital se apropriou dos meios de produção e penetrou na produção propriamente dita.

MDPC:
penetração
do capital
na produção

AS ORIGENS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Quais são as origens do modo de produção capitalista? Quais são as origens da sociedade capitalista tal como ela se desenvolve desde 200 anos?

É, primeiramente, a separação dos produtores dos seus meios de produção. É em seguida a constituição desses meios de produção em monopólios entre as mãos de uma só classe social, a classe burguesa. E é finalmente a aparição duma outra classe social que, por estar separada dos seus meios de produção, não tem mais outro recurso para subsistir senão a venda da sua força de trabalho à classe que monopolizou os meios de produção.

os 3
pilares
do MPC

Retomemos cada uma destas origens do modo de produção capitalista, que são ao mesmo tempo as características fundamentais do próprio regime capitalista.

Primeira característica: separação do produtor dos meios de produção. É a condição de existência fundamental do regi-

me capitalista, aquela que é menos bem compreendida. Tomemos um exemplo que pode parecer paradoxal, o da sociedade da alta idade média, caracterizada pela servidão.

Sabemos que nessa sociedade a massa dos produtores — camponeses — são adstritos à gleba. Mas quando se diz que o servo está adstrito à gleba isso implica que a gleba está também ligada ao servo. Está-se em presença de uma classe social que tem sempre uma base para prover às suas necessidades, porque o servo dispunha duma extensão de terra suficiente para que o trabalho de dois braços, mesmo com os instrumentos mais rudimentares, pudesse prover às necessidades de um lar. Não se está em presença de pessoas condenadas a morrer à fome no caso de não venderem a sua força de trabalho. Numa tal sociedade, *não há pois uma obrigação económica* de ir alugar os seus braços, de ir vender a sua força de trabalho a um capitalista.

Noutros termos: numa sociedade deste género, o regime capitalista não pode desenvolver-se. Existe aliás uma aplicação moderna desta verdade geral, a saber, a maneira como os colonialistas introduziram o capitalismo nos países da África no século XIX e princípios do século XX.

Quais eram as condições de existência dos habitantes de todos os países africanos? Praticavam a pecuária, a cultura do solo, rudimentar ou não, conforme a região, mas em todo o caso caracterizada por uma abundância relativa de terras. Não havia penúria de terra, em África; havia pelo contrário uma população que, em relação à extensão da terra, dispunha de reservas praticamente ilimitadas. É certo que, nessas terras, com meios de agricultura muito primitivos, a colheita é medíocre, o nível de vida é extremamente baixo, etc. Contudo, não há força material a impelir essa população a ir trabalhar em minas, em fazendas ou em fábricas dum colono branco. Noutros termos: se não se mudasse o regime de propriedade na África Equatorial, na África Negra, não havia possibilidade de ali introduzir o modo de produção capitalista. Para o po-

der introduzir, teve de se cortar radical e brutalmente, por uma violência extra-económica, a massa da população negra dos seus meios normais de subsistência. Quer dizer, teve de se transformar uma grande parte das terras, dum dia para o outro, em terras domaniais, propriedade do Estado colonizador, ou em propriedade privada de sociedades capitalistas. Teve de se encerrar a população negra em domínios, em reservas, como comicamente lhes chamaram, numa extensão de terra que era insuficiente para alimentar todos os seus habitantes. E teve ainda de se impor uma capitação, isto é, um imposto em dinheiro por cada habitante, enquanto a agricultura primitiva não trazia rendimentos monetários.

Com estas diferentes pressões extra-económicas criou-se pois para o Africano uma obrigação de ir trabalhar como assalariado, quando mais não fosse, por dois, três meses ao ano, para ganhar em troca desse trabalho com que pagar o imposto e com que comprar o pequeno suplemento de alimentação sem o qual já não era possível a subsistência, dada a insuficiência das terras que ficam à sua disposição.

Em países como a África do Sul, como as Rodésias, como em parte o Congo ex-Belga, onde o modo de produção capitalista foi introduzido à mais larga escala, estes métodos foram aplicados à mesma escala e uma grande parte da população negra foi desenraizada, expulsa, empurrada para fora do seu modo de trabalho e vida tradicionais.

Mencionando-se entretanto a hipocrisia ideológica que acompanhou este movimento, as queixas das sociedades capitalistas e dos administradores brancos segundo as quais os negros seriam uns mandriões, visto que não queriam trabalhar, mesmo quando lhes davam a possibilidade de ganhar 10 vezes mais na mina ou na fábrica do que ganhavam tradicionalmente nas suas terras. Estas mesmas queixas já se tinham feito ouvir contra os operários indianos, chineses ou árabes 50 ou 70 anos antes.

Foram também ouvidas — o que prova bem a igualdade

①
Exemplo da
expansão
necessária
produtores -
meios de
produção.
introd.
do cap.
em África

fundamental de todas as raças humanas — com respeito aos operários europeus, franceses, belgas, ingleses, alemães, nos séculos XVII ou XVIII. Trata-se simplesmente da seguinte constante: normalmente, pela sua constituição física e nervosa, nenhum homem gosta de ficar fechado 8, 9, 10 ou 12 horas por dia numa fábrica; é preciso verdadeiramente uma força, uma pressão, totalmente anormais e excepcionais, para apanhar um homem que não está habituado a esse trabalho de forçado e para o obrigar a efectuá-lo.

Segunda origem, segunda característica do modo de produção capitalista: *a concentração dos meios de produção sob forma de monopólio entre as mãos de uma só classe social, a classe burguesa.* Esta concentração é praticamente impossível se não houver uma revolução permanente dos meios de produção, se estes não se tornarem cada vez mais complexos e mais caros, pelo menos quando se trata dos meios de produção mínimos para poder começar uma grande empresa (gastos de fundação).

Nas corporações e nas profissões da Idade Média, havia grande estabilidade dos meios de produção; os teares eram transmitidos de pai para filho, de geração em geração. O valor desses teares era relativamente reduzido, isto é, todos os companheiros podiam esperar adquirir o valor correspondente a esses teares, após certo número de anos de trabalho. A possibilidade de constituir um monopólio apresentou-se com a revolução industrial, que desencadeou um desenvolvimento ininterrupto, cada vez mais complexo, do maquinismo, o que implica que eram necessários capitais cada vez mais importantes para poder começar uma nova empresa.

A partir desse momento, pode dizer-se que o acesso à propriedade dos meios de produção se torna impossível à imensa maioria dos assalariados e dos "appointées", e que a propriedade dos meios de produção se tornou um monopólio entre as mãos de uma classe social, a que dispõe dos capitais, das reservas de capitais, e que pode acumular novos capitais pela

simples razão de que já os possui. A classe que não possui capitais está condenada por esse mesmo facto a ficar sempre neste mesmo estado de carência, na mesma obrigação de trabalhar por conta de outrem.

Terceira origem, terceira característica do capitalismo: *a aparição duma classe social, que, não tem outros bens para além dos seus próprios braços, não tem outros meios de prover às suas necessidades senão a venda da sua força de trabalho*, mas que é ao mesmo tempo livre de a vender e que vende por conseguinte aos capitalistas proprietários dos meios de produção. É a aparição do *proletariado moderno*.

Temos aqui três elementos que se combinam. O proletário é o trabalhador livre; é ao mesmo tempo um passo em frente e um passo atrás em relação aos servos da Idade Média; um passo em frente, porque o servo não era livre (o próprio servo era um passo em frente em relação ao escravo), não podia deslocar-se livremente; um passo atrás, porque, contrariamente ao servo, o proletário é igualmente "livre", isto é, privado de qualquer acesso aos meios de produção.

ORIGENS E DEFINIÇÃO DO PROLETARIADO MODERNO

Entre os antepassados directos do proletariado moderno, é preciso mencionar a população desenraizada da Idade Média, isto é, a população que já não estava ligada à gleba, nem incorporada nas profissões, nas corporações e nas guildas das comunas, que era, por conseguinte, uma população errante, sem raízes, e que começava a alugar os seus braços ao dia ou mesmo à hora. Houve bastantes cidades da Idade Média, nomeadamente Florença, Veneza e Bruges, onde a partir dos séculos XIII, XIV ou XV, aparece um "mercado de trabalho", o que quer dizer que há um canto da cidade onde todas as manhãs se ajuntam as pessoas pobres que não têm meios de subsistência, e que esperam que alguns comerciantes ou empresários aluguem os seus serviços por uma hora, por meio dia, por um dia, etc.

o proletário
do pré-
capitalista

Uma outra origem do proletariado moderno, mais próxima de nós, é aquilo a que se chamou a dissolução dos séquitos feudais, por conseguinte a longa e lenta decadência da nobreza feudal que começa a partir do século XIII, XIV e que termina por ocasião da revolução burguesa, aí pelo fim do século XVIII, em França. Durante a alta Idade Média, há, por vezes, 50, 60, 100 lares mais ou menos, que vivem directamente do senhor feudal. O número destes servidores individuais começa a reduzir-se, especialmente no decurso do século XVI, que é marcado por uma fortíssima alta dos preços e, por conseguinte, por um grande empobrecimento de todas as classes sociais que têm rendimentos monetários fixos e, por isso, igualmente a nobreza feudal na Europa ocidental que tinha geralmente convertido a renda em espécie em renda em dinheiro. Um dos resultados deste empobrecimento foi o despedimento em massa duma grande parte dos séquitos feudais. Houve assim milhares de antigos criados, de antigos servidores, de antigos amanuenses de nobres, que erravam ao longo dos caminhos que se tornavam mendigos, etc.

Uma terceira origem do proletariado moderno é a expulsão das suas terras duma parte dos antigos camponeses, em seguida à transformação das terras aráveis em pradarias. O grande socialista utópico inglês Thomas More teve, já no século XVI, esta fórmula magnífica: "Os carneiros comeram os homens"; isto é, a transformação dos campos em prados, para a criação de carneiros, ligada ao desenvolvimento da indústria de lanifícios, expulsou das suas terras, e condenou à fome, milhares e milhares de camponeses ingleses.

Há ainda uma quarta origem do proletariado moderno, que teve um pouco menos influência na Europa ocidental, mas que desempenhou um papel enorme na Europa central e oriental, na Ásia, na América Latina e na África do Norte: é a destruição dos antigos artesãos na luta por concorrência entre esse artesanato e a indústria moderna que ia abrindo um caminho do exterior para esses países sub-desenvolvidos.

Em resumo: o modo de produção capitalista é um regime no qual os meios de produção se tornaram um monopólio entre as mãos duma classe social, no qual os produtores, separados desses meios de produção, ficam livres mas desprovidos de qualquer meio de subsistência e, por conseguinte, obrigados a vender a sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção para poderem subsistir.

O que caracteriza o proletário não é pois tanto o nível baixo ou elevado do seu salário, mas antes o facto de que está cortado dos seus meios de produção, ou não dispõe de rendimentos suficientes para trabalhar por conta própria.

Para saber se a condição proletária está em vias de desaparecimento, ou pelo contrário em vias de expansão, não é tanto o salário médio do operário ou o vencimento médio do empregado, que é preciso examinar, mas sim a comparação entre esse salário e o seu consumo médio, noutros termos, as suas possibilidades de poupança comparadas aos gastos necessários à fundação da empresa independente. Se se verifica que cada operário, cada empregado, após dez anos de trabalho, pôs de parte um pé-de-meia, digamos, de 10 milhões, 20 milhões ou 30 milhões, o que lhe permitiria a compra de uma loja ou de uma pequena oficina, então poder-se-ia dizer que a condição proletária está em regressão e que vivemos numa sociedade na qual a propriedade dos meios de produção está em vias de se expandir e de se generalizar.

Se, pelo contrário, se verifica que a imensa maioria dos trabalhadores, operários, empregados e funcionários, após uma vida de labor, continuam no papel de João-Ninguém, isto é, praticamente sem economias, sem capitais suficientes para adquirir meios de produção, poder-se-ia concluir que a condição proletária, longe de se reabsorver, antes se generalizou e está hoje muito mais expandida do que há 50 anos. Quando se tomam por exemplo as estatísticas da estrutura social dos Estados Unidos, constata-se que de há 60 anos a esta parte, de 5 em 5 anos, sem uma só interrupção, a percen-

} o proletariado

Se o salário é superior ao necessário p/ subsistência e a poupança daí deriva de permite avarar dos gastos de fundação de um negócio, o prol. então está a desaparecer

tagem de população activa americana que trabalha por sua própria conta, que é classificada como empresária ou como ajuda familiar de empresário, diminui, ao passo que de 5 em 5 anos a percentagem desta mesma população, obrigada a vender a sua força de trabalho, aumenta regularmente.

Se se examinarem por outro lado as estatísticas sobre a repartição da fortuna privada, constata-se que a imensa maioria dos operários, pode-se dizer 95%, e a grande maioria dos empregados (80 ou 85%) não conseguem sequer constituir pequenas fortunas, um pequeno capital, o que quer dizer que gastam todos os seus rendimentos e que as fortunas se limitam na realidade a uma pequeníssima fracção da população. Na maioria dos países capitalistas, 1%, 2%, 2,5%, 3,5% ou 5% da população possuem 40, 50, 60% da fortuna privada do país, ficando o resto nas mãos de 20 ou 25% dessa mesma população. A primeira categoria de detentores é a grande burguesia; a segunda categoria é a média e pequena burguesia. E todos os que estão de fora dessas categorias não possuem praticamente nada a não ser bens de consumo (incluindo, por vezes, alojamento).

Quando feitas honestamente, as estatísticas sobre os direitos de sucessão, sobre os impostos sobre heranças, são muito reveladoras neste capítulo.

Um estudo preciso feito para a Bolsa de Nova Iorque, pela Brookings Institution (uma fonte acima de toda a suspeita de marxismo) revela que nos Estados Unidos só 1 ou 2% dos operários possuem acções, e ainda, que essa "propriedade" se eleva em média a 1000 dólares, isto é a 28.500\$00.

A quase totalidade do capital está, por conseguinte, nas mãos da burguesia, e isto no regime de auto-reprodução do regime capitalista: aquele que detém capitais pode acumular cada vez mais capitais; aqueles que os não têm, dificilmente podem adquiri-los. Assim se perpetua a divisão da sociedade em uma classe detentora dos meios de produção e uma classe obrigada a vender a sua força de trabalho. O preço dessa força

de trabalho, o salário, é praticamente consumido na totalidade, enquanto a classe dominante tem um capital que se acresce constantemente duma mais-valia. O enriquecimento da sociedade em capitais efectua-se, por assim dizer, em proveito exclusivo duma só classe da sociedade, a saber, a classe capitalista.

MECANISMO FUNDAMENTAL DA ECONOMIA CAPITALISTA

Qual é, agora, o mecanismo fundamental da sociedade capitalista?

Se fordes um certo dia à Bolsa do pano estampado, não sabereis se há bastante, muito pouco, ou demasiado pano estampado em relação às necessidades que nesse momento existem em França. Só depois de um certo tempo constatareis a coisa: isto é, quando há superprodução e uma parte da produção fica por vender, vereis os preços baixar, e quando pelo contrário há penúria, vereis os preços subir. O movimento dos preços é o termómetro que nos indica se há penúria ou excesso. E, como é unicamente depois que se constata se toda a quantidade de trabalho dispendido num ramo industrial foi despendido de maneira socialmente necessária ou se foi em parte desperdiçado, é somente depois que se pode determinar o valor exacto duma mercadoria. Este valor é, por conseguinte, digamos, uma noção abstracta, uma constante à volta da qual flutuam os preços.

Que é que faz oscilar os preços e, por conseguinte e a mais longo prazo, esses valores, esta produtividade do trabalho, essa produção e essa vida económica, no seu conjunto?

Que é que faz correr Sammy? Que é que faz bulir a sociedade capitalista? A concorrência. Sem concorrência não há sociedade capitalista. Uma sociedade na qual a concorrência é total, radical e inteiramente eliminada, é uma sociedade que deixaria de ser capitalista, e por conseguinte apta para efectuar

os 9/10 das operações económicas que os capitalistas efectuam.

E o que é que está na base da concorrência? Na base da concorrência há duas noções que não se sobrepõem necessariamente. Há, antes de mais, a noção de mercado ilimitado, de mercado não circunscrito, não exactamente recordado. Há, depois, a noção de multiplicidade dos centros de decisão, sobretudo em matéria de investimentos e de produção.

Se há uma concentração total de toda a produção dum sector industrial nas mãos de uma só firma capitalista, não há ainda eliminação da concorrência, porque subsiste sempre um mercado ilimitado e, por conseguinte, haverá sempre luta da concorrência entre esse sector industrial e outros sectores, para açambarcarem uma parte maior ou menor do mercado. Há também sempre a possibilidade de ver reaparecer nesse sector mesmo um novo concorrente que se introduza do exterior.

A inversa é também verdadeira. Se se pudesse conceber um mercado que fosse total e completamente limitado, mas que ao mesmo tempo um grande número de empresas estivesse em liça para açambarcar uma parte desse mercado limitado, a concorrência subsistiria evidentemente.

Por conseguinte, é somente se os dois fenómenos forem suprimidos simultaneamente, isto é, se não houver mais que um só produtor para todas as mercadorias e se o mercado se tornar absolutamente estável, fixo e sem capacidade de expansão, que a mercadoria poderá desaparecer totalmente.

A aparição do mercado ilimitado toma toda a sua significação pela comparação com a época da pequena produção mercantil. Uma corporação da Idade Média trabalhava para um mercado limitado, em geral na cidade e nas suas redondezas imediatas, e segundo uma técnica de trabalho que era fixa e bem determinada.

A passagem histórica do mercado limitado ao mercado ilimitado é ilustrada pelo exemplo da "nova tecelagem" no campo, que no século XV se substitui à antiga tecelagem da cida-

de. Há agora manufacturas de tecidos, sem regras corporativas, sem limitação de produção, e por isso, sem limitação de mercados, que procuram infiltrar-se, encontrar clientes em toda a parte, e isto não já somente nas cercanias imediatas dos seus centros de produção, mas que procuram organizar a exportação mesmo para países muito longínquos. Por outro lado, a grande revolução comercial do século XVI provoca uma redução relativa dos preços duma série completa de produtos que eram considerados produtos de grande luxo na Idade Média, e que só podiam ser comprados por uma pequena parte da população. Estes produtos tornam-se agora bruscamente produtos muito menos caros, senão mesmo produtos à disposição duma parte importante da população. O exemplo mais impressionante é o do açúcar, que é hoje um produto banal, do qual não se priva sem dúvida nem uma só família operária em França ou na Europa, mas que no século XV era ainda um produto de grande luxo.

Os apologistas do capitalismo, sempre citaram como benefício produzido por esse sistema a redução dos preços e o alargamento do mercado para uma série completa de produtos. É um argumento justo. É um dos aspectos daquilo a que Marx chama "a missão civilizadora do capital". Claro que se trata de um fenómeno dialéctico mas real, que fez que se o valor da força de trabalho tem tendência a baixar porque a indústria capitalista produz cada vez mais rapidamente as mercadorias que são o equivalente do salário, pelo contrário tem também tendência a aumentar porque esse valor abarca progressivamente o valor de uma série completa de mercadorias que se tornaram mercadorias de largo consumo de massa, ao passo que dantes eram mercadorias de consumo de uma parte muito restrita da população.

No fundo, toda a história do comércio entre os séculos XVI e XX é a história da transformação progressiva do comércio de luxo em comércio de massa, em comércio de bens para uma parte cada vez mais larga da população. Só.

4 exp. do
mercado
de luxo,
transf. em
mercado de
massas

com o desenvolvimento dos caminhos de ferro, dos meios de navegação rápida, dos telégrafos, etc., é que o conjunto do mundo pôde ser reunido num verdadeiro mercado potencial para cada grande produtor capitalista.

Exp. ilimit. A noção do mercado ilimitado não implica pois só a expansão geográfica, mas ainda a expansão económica, o poder de compra disponível. Tomemos um exemplo recente: o surto formidável da produção capitalista mundial durante os últimos 15 anos não se realizou de forma alguma graças a uma expansão geográfica do mercado capitalista; pelo contrário, foi acompanhado de uma redução geográfica do mercado capitalista, visto que uma série completa de países lhe escaparam durante este período. Há muito poucas, se é que há mesmo, viaturas francesas, alemãs, britânicas, japonesas, americanas exportadas para a União Soviética, para a China, para o Vietname do Norte, para Cuba, para a Coreia do Norte, para os países da Europa Oriental. Contudo, essa expansão realizou-se na mesma porque uma fracção muito maior do poder de compra disponível, ele mesmo aliás, aumentado, foi utilizado para a compra desses bens de consumo durável. Não é por acaso que essa expansão foi acompanhada de uma crise agrícola mais ou menos permanente nos países capitalistas avançados, onde o consumo de uma série completa de produtos agrícolas não somente já não aumenta relativamente, mas começa mesmo a diminuir de maneira absoluta. Por exemplo, o consumo do pão, das batatas, de frutos como as maçãs e as peras mais banais, etc.

Concorrência, aumento da produção e redução do custo { A produção para um mercado ilimitado em condições de concorrência, tem como efeito o aumento da produção, porque o aumento da produção permite a redução do preço de custo e permite por conseguinte bater o concorrente vendendo mais barato do que ele.

É incontestável que, se olharmos a evolução a longo prazo do valor de todas as mercadorias produzidas em grande escala, no mundo capitalista, há uma baixa considerável de

valor. Um fato, uma faca, um par de sapatos, um caderno escolar, têm hoje um valor em horas e em minutos de trabalho muito mais reduzido que há 50 ou há 100 anos.

É preciso evidentemente comparar o valor real com a produção e não com os preços de venda, que englobam quer enormes despesas de distribuição e de venda, quer super-lucros monopolísticos excessivos. Tomemos o exemplo do petróleo, sobretudo o petróleo que utilizamos na Europa, o petróleo que provém do Médio Oriente. As despesas de produção são muito baixas, elevando-se apenas a 10 o/o do preço de venda.

É pois em todo o caso incontestável que esta queda de valor produziu-se realmente. O aumento da produtividade do trabalho significa redução de valor das mercadorias, visto que estas são fabricadas num tempo de trabalho cada vez mais reduzido. É esse o instrumento prático de que dispõe o capitalismo para alargar os mercados e vencer na concorrência.

De que maneira prática pode o capitalismo ao mesmo tempo reduzir muito fortemente o preço de custo e aumentar muito fortemente a produção? Pelo desenvolvimento do maquinismo, pelo desenvolvimento dos meios de produção, e por isso dos instrumentos mecânicos de trabalho, cada vez mais complicados, primeiro movidos pela força do vapor, em seguida pelo petróleo ou pelo gasóleo, por fim pela electricidade.

O AUMENTO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL

Toda a produção capitalista pode ser representada no seu valor pela fórmula: $C - V - PL$.

O valor de qualquer mercadoria decompõe-se em duas partes: uma parte que constitui um valor conservado, e uma parte que é um valor produzido de novo. A força de trabalho que tem uma dupla função, um duplo valor de uso: conservar todos os valores existentes dos instrumentos de trabalho, das máquinas, dos edifícios, incorporando uma fracção desse

"valor real" e preços de venda

*Aumento da produtividade
redução de valor
mercadoria*

*(menor tempo
p/ produzir)*

*queda da
tx. de lucro
desenv. tecnológico*

*Decomposição
dos valores de
uma mercadoria*

valor na produção corrente; e criar um novo valor, do qual a mais-valia, o lucro, constitui uma parte. Uma parte deste novo valor vai para o operário; é o contra-valor do seu salário. A outra parte, a mais-valia, é açambarcada sem contra-valor, pelo capitalista.

Designamos por V , isto é, capital variável, o equivalente dos salários. Porquê capital? Porque efectivamente o capitalista adianta esse valor que assim constitui uma parte do seu capital, e é dispendido antes de o valor das mercadorias produzidas pelos operários em questão ser realizado.

Chama-se capital constante C , a toda a parte do capital que é transformada em máquinas, em matérias-primas, etc., cuja produção não aumenta o valor, mas simplesmente o conserva. Chama-se capital variável, V , à parte do capital com que o capitalista compra a força de trabalho, porque só essa parte do capital permite ao capitalista aumentar o seu capital com uma mais-valia.

Qual é, então, a lógica económica da concorrência, do impulso para o aumento da produtividade, do impulso para o crescimento dos meios mecânicos, do trabalho das máquinas? A lógica deste impulso, isto é, a tendência fundamental do regime capitalista, é aumentar o peso de C , o peso do capital constante relativamente ao conjunto do capital. Na fracção $\frac{C}{C+V}$, C tem tendência a aumentar, isto é, a parte do capital total constituído por máquinas e matérias primas, e não por salários, tem tendência a aumentar na medida em que o maquinismo progride cada vez mais e em que a concorrência obriga o capitalismo a aumentar cada vez mais a produtividade do trabalho.

A esta fracção $\frac{C}{C+V}$ damos o nome de composição orgânica do capital. Representa pois a relação entre o capital constante e o conjunto do capital, e dizemos que em regime capitalista esta composição orgânica tem tendência a aumentar.

Como é que o capitalista pode adquirir novas máquinas?

O que quer dizer que o capital constante aumenta cada vez mais?

A operação fundamental da economia capitalista é a produção de mais-valia. Mas, enquanto a mais-valia for simplesmente produzida, mantêm-se encerrada em mercadorias, e o capitalista mal a pode utilizar. Não se podem transformar sapatos por vender em máquinas novas, em maior produtividade. Para poder comprar novas máquinas, o industrial que possui sapatos deve vender esses sapatos, e uma parte do produto dessa venda servir-lhe-á para a compra de novas máquinas, de um capital constante suplementar.

Por outras palavras: a realização da mais-valia é a condição da acumulação do capital, que outra coisa não é senão a capitalização da mais-valia.

A realização de mais-valia é a venda de mercadorias, mas venda de mercadorias em condições tais que a mais-valia contida nessas mercadorias seja efectivamente realizada no mercado. Todas as empresas que trabalham à média da produtividade da sociedade — correspondendo pois o conjunto da sua produção a trabalho socialmente necessário — consideram-se como realizando pela venda das suas mercadorias o conjunto do valor e da mais-valia produzida nas suas fábricas, nem mais nem menos. Já sabemos que as empresas que têm uma produtividade acima da média vão açambarcar uma parte da mais-valia produzida nas outras empresas, enquanto as empresas que trabalham abaixo da produtividade média não realizam uma parte da mais-valia produzida nas suas fábricas, mas cedem-na a outras fábricas que estão tecnologicamente na vanguarda. A realização da mais-valia é por conseguinte a venda das mercadorias em condições tais que o conjunto da mais-valia produzida pelos operários da fábrica dessas mercadorias é efectivamente paga pelos seus compradores.

No momento em que o total de mercadorias produzidas durante um período determinado é vendido, o capitalista entrou na posse duma soma de dinheiro que constitui o

Salário
=
Cap. variável
(V)

meios de prod.
=
cap. constante
(C)

"composição
orgânica
do capital"

$$\frac{C}{C+V}$$

(1) ... então a
mais-valia
se realiza
na circulação!

contra-valor do capital constante que dispendeu para produzir, ou seja, tanto das matérias primas utilizadas para produzir essas mercadorias, como da fracção do valor das máquinas e dos edifícios que é depreciada por essa produção. Entrou igualmente na posse do contra-valor dos salários que tinha adiantado para possibilitar essa produção. Além disso, está na posse da mais-valia que os seus operários tinham produzido.

Que acontece a esta mais-valia? Uma parte é consumida improdutivamente pelo capitalista. Com efeito, o pobre homem tem de viver, tem de fazer viver a sua família e todos os que estão à sua roda; e tudo o que ele gasta para esse fim é totalmente retirado do processo de produção.

Uma segunda parte da mais-valia é acumulada, é utilizada para ser transformada em capital. Assim, toda a mais-valia acumulada é toda a parte da mais-valia que não é consumida improdutivamente para as necessidades privadas da classe dominante e é transformada em capital, quer dizer numa quantidade (mais exactamente: um valor) suplementar de matérias primas, de máquinas, de edifícios, quer em capital variável suplementar, quer dizer meios para adquirir mais operários.

Compreendemos agora porque é que a acumulação do capital é a capitalização da mais-valia, isto é, a transformação de uma grande parte da mais-valia em capital suplementar. E compreendemos igualmente como é que o processo do aumento da composição orgânica do capital representa uma sequência ininterrupta de processos de capitalização, isto é, de produção de mais-valia pelos operários e sua transformação pelos capitalistas em edifícios, máquinas, matérias primas e operários suplementares.

Não é, pois, exacto afirmar que é o capitalista que cria o emprego, visto que é o operário que produziu a mais-valia, e é esta mais-valia produzida pelo operário que é capitalizada pelo capitalista e utilizada normalmente para admitir operários suplementares. Na realidade, toda a massa das riquezas fixas que se vêem no mundo, toda a massa das fábricas, das máqui-

nas e das estradas, dos caminhos de ferro, dos portos, dos armazéns, etc, etc, toda esta massa imensa de riquezas não é outra coisa senão a materialização duma massa de mais-valia criada pelos operários, de trabalho não retribuído e transformado em propriedade privada, em capital para os capitalistas, ou seja, é uma prova colossal da exploração permanente sofrida pela classe operária desde a origem da sociedade capitalista.

Será que todos os capitalistas aumentam progressivamente as suas máquinas, o seu capital constante e a composição orgânica do seu capital? Não. O crescimento da composição orgânica do capital efectua-se de maneira antagónica, através de uma luta de concorrência regida por essa lei ilustrada por uma gravura do grande pintor do meu país, Pierre Brueghel: *os peixes grandes comem os pequenos*.

A luta de concorrência é pois acompanhada de uma concentração constante do capital, da substituição de um grande número de empresários por um número mais pequeno, e da transformação de um certo número de empresários independentes em técnicos, gerentes, quadros, e até em simples empregados e operários dependentes.

concorrência e
concentração
de capital

A CONCORRÊNCIA CONDUZ À CONCENTRAÇÃO E AOS MONOPÓLIOS

A concentração do capital é outra lei permanente da sociedade capitalista e é acompanhada de uma proletarização de uma parte da classe burguesa, da expropriação de um certo número de burgueses por um número mais pequeno de burgueses. É por isso que o "Manifesto Comunista" de Marx e Engels põe em ênfase o facto de que o capitalismo, que pretende defender a propriedade privada, é na realidade destruidor dessa mesma propriedade e efectua uma expropriação constante, permanente, de um grande número de proprietários por um número relativamente pequeno de proprietários. Há alguns ramos industriais em que essa concentração é particu-

Como se dá
o aumento
da comp.
org. do
capital

larmente impressionante: as minas de carvão, em que no século XIX havia centenas de sociedades num país como a França (na Bélgica havia perto de duzentas); a indústria automóvel, que, no princípio deste século, contava em países como os Estados Unidos ou como a Inglaterra cem firmas ou mais, quando hoje se encontra reduzida a 4, 5 ou 6 firmas no máximo.

Existem, claro está, indústrias onde essa concentração é menos acentuada, como por exemplo a indústria têxtil, a indústria alimentar, etc. Duma maneira geral, quanto maior é a composição orgânica do capital num ramo industrial, mais forte é a concentração nesse ramo; quanto menos elevada a composição orgânica do capital, menor é a concentração do capital. Porquê? Porque quanto menos forte for a composição orgânica, menos capitais são necessários no princípio para penetrar nesse ramo e para nele constituir uma nova empresa. É muito mais fácil juntar os 50 ou 100 milhões de antigos francos necessários para construir uma nova fábrica de tecidos, do que reunir os 10 ou 20 biliões necessários para construir uma fábrica de aço mesmo relativamente pequena.

O capitalismo nasceu da livre concorrência, o capitalismo é inconcebível sem concorrência. Mas a livre concorrência produz a concentração, e a concentração produz o contrário da livre concorrência, a saber, o monopólio. Onde houver poucos produtores podem estes facilmente concentrar-se à custa dos consumidores, pondo-se de acordo para repartirem entre si o mercado, pondo-se de acordo para sustentar toda a baixa dos preços.

No espaço de um século, toda a dinâmica capitalista parece assim ter mudado de natureza. Primeiro temos um movimento que tende para a baixa constante dos preços pelo aumento constante da produção, pela multiplicação constante do número das empresas. A acentuação da concorrência arrasta a partir de determinado momento a concentração das empresas, uma redução do número das empresas que podem

então concertar-se entre si para não mais reduzirem os preços e que não podem respeitar acordos deste género senão limitando a produção. A era do capitalismo dos monopólios substitui-se assim à era do capitalismo de livre concorrência a partir do último quartel do século XIX.

Claro está quando se fala do capitalismo dos monopólios, não devemos de maneira nenhuma pensar num capitalismo que eliminou por completo a concorrência. Isso não existe. Quer-se dizer simplesmente num capitalismo cujo comportamento fundamental se tornou diferente, isto é, que já não impele a uma diminuição constante dos preços por um aumento constante da produção, que utiliza a técnica da repartição do mercado, da estabilização das quotas-partes do mercado. Mas este processo acaba num paradoxo. Porque é que os capitalistas que, a princípio se faziam mutuamente concorrência, começam a concentrar-se a fim de limitar essa concorrência, e limitar também a produção? Porque para eles este é um meio de aumentar os seus benefícios. Não o fazem senão no caso de isso lhes trazer mais lucros. A limitação da produção, permitindo aumentar os preços, traz mais rendimentos e permite assim acumular mais capitais. Já não se pode investir no mesmo ramo. Porque, investir capitais significa justamente aumentar a capacidade de produção, por conseguinte aumentar a produção, por conseguinte fazer baixar os preços. O capitalismo encontra-se preso nesta contradição a partir do último quartel do século XIX. Adquire bruscamente então uma qualidade que só Marx tinha previsto e que não foi compreendida por economistas como Ricardo ou Adam Smith: bruscamente o modo de produção capitalista faz proselitismo. Começa a estender-se no mundo inteiro por meio das exportações de capitais, que permitam estabelecer empresas capitalistas em países ou sectores em que os monopólios ainda não existem.

A consequência da monopolização de certos ramos e da extensão do capitalismo dos monopólios em certos países, é

Rep do MPC
em form. soc.
ainda não
capitalistas

a reprodução do modo de produção capitalista em ramos ainda não monopolizados, em países ainda não capitalistas. Foi assim que o colonialismo e todos os seus aspectos se expandiram como um rastilho de pólvora, no espaço de algumas dezenas de anos, duma pequena parte do globo a que se tinha limitado dantes o modo de produção capitalista ao conjunto do mundo, nos começos do século XX. Cada país do mundo estava assim transformado em esfera de influência e campo de investimento do Capital.

QUEDA TENDENCIAL DA TAXA MÉDIA DE LUCRO

Vimos há pouco que a mais-valia produzida pelos operários de cada fábrica fica "encerrada" nas mercadorias produzidas, e que a questão de saber se essa mais-valia será ou não realizada pelo capitalista proprietário da fábrica será resolvida pelas condições do mercado, isto é, pela possibilidade que essa fábrica tem de vender as suas mercadorias a um preço que permita realizar toda essa mais-valia. Aplicando a lei do valor já exposta, explicada e demonstrada anteriormente pode estabelecer-se a seguinte regra: todas as empresas que produzem ao nível médio de produtividade realizarão grosso modo a mais-valia produzida pelos operários, isto é, venderão essas mercadorias a um preço que está igual ao valor dessas mercadorias.

Mas não será esse o caso de duas categorias de empresas: as empresas que trabalham abaixo e as empresas que trabalham acima do nível médio de produtividade.

O que representa a categoria das empresas que trabalham abaixo do nível médio de produtividade? Não é outra coisa senão uma generalização do nosso sapateiro mandrião acima referido. É, por exemplo, uma fábrica de aço que, em face da média mensal de 500 000 toneladas de aço produzidas em 2 milhões de horas de trabalho-homens, os produz em 2,2 milhões de horas, ou em 2,5 milhões de horas, ou em 3 milhões

de horas. Desperdiça por conseguinte tempo de trabalho social. A mais-valia produzida pelos operários dessa fábrica não será realizada por inteiro pelos proprietários da mesma. A fábrica trabalhará com um lucro que ficará abaixo da média do lucro de todas as empresas do país.

Mas a massa total da mais-valia produzida na sociedade é uma massa fixa que depende em última análise do número total de horas de trabalho fornecidas pelo conjunto dos operários empenhados na produção. Quer isto dizer que, se há um certo número de empresas que, pelo facto de trabalharem abaixo do nível de produtividade e de terem desperdiçado tempo de trabalho social, não realizam o conjunto da mais-valia produzida pelos seus operários, há um saldo de mais-valia que fica disponível e que será açambarcado pelas fábricas que trabalham acima do nível médio de produtividade, que por conseguinte economizaram tempo de trabalho social e que são por isso recompensados pela sociedade.

Esta explicação teórica não faz senão demonstrar os mecanismos que determinam o movimento dos preços na sociedade capitalista. Como é que esses mecanismo operam na prática?

Pondo de parte a visão de vários ramos industriais para não considerar senão um único ramo, o mecanismo torna-se muito simples e transparente.

Digamos que o preço de venda médio de uma locomotiva se eleva a 50 milhões de antigos francos. Qual será, então, a diferença entre uma fábrica que trabalha abaixo da produtividade média, e uma empresa que trabalha acima da produtividade média de trabalho? A primeira terá gasto para produzir uma locomotiva 49 milhões, isto é, não terá feito senão um milhão de lucro. Pelo contrário, a empresa que trabalhe acima da produtividade média do trabalho produzirá a mesma locomotiva com um gasto digamos de 38 milhões. Terá por conseguinte feito 12 milhões de rendimento, ou seja 32 o/o sobre essa produção corrente, ao passo que a taxa

média de lucro é de 10 o/o dado que as empresas que trabalham à média da produtividade social do trabalho produziram locomotivas ao preço de venda de 45,5 milhões e por conseguinte não realizaram senão 4,5 milhões de rendimento, ou seja, 10 o/o (1).

Noutros termos: a concorrência capitalista joga a favor das empresas que tecnologicamente estão à frente; estas empresas realizam super-lucros em relação ao lucro médio. O lucro médio é no fundo uma noção abstracta, exactamente como o valor. É uma média à volta da qual oscilam as taxas de lucros reais dos diversos ramos e empresas. Os capitais afluem aos ramos em que há super-lucros e fogem dos ramos em que os lucros estão abaixo da média. Por este fluxo e refluxo dos capitais dum ramo a outro, as taxas de lucro têm tendência a aproximar-se dessa média, sem jamais a alcançar totalmente de maneira absoluta e mecânica.

Eis pois como se efectua a perequação da taxa de lucro. Há um meio muito simples de determinar essa taxa de lucro no plano abstracto: é tomar a massa total da mais-valia produzida por todos os operários, por exemplo, durante um ano, num país determinado, e referi-la à massa total do capital investido nesse país.

Qual é a fórmula da taxa de lucro? É a relação entre a mais valia e o conjunto do capital. É por conseguinte $\frac{PL}{C+V}$.

Deve igualmente tomar-se em consideração uma outra fórmula: $\frac{PL}{V}$; é a taxa de mais-valia, ou ainda a taxa de exploração da classe operária. Essa taxa determinaria a maneira como o valor que acaba de se produzir é repartido entre operários e capitalistas. Se, por exemplo, $\frac{PL}{V}$ é igual a 100 por cento, isso

1. Na realidade, os capitalistas não calculam as suas taxas de lucro com a produção corrente (*fluxo*), mas sobre o seu capital investido (*stock*), para não complicar os cálculos, pode supor-se (ficticiamente) que todo o capital foi absorvido pela produção de uma locomotiva.

quer dizer que o valor que se produziu é dividido em duas partes iguais, a primeira das quais vai para os trabalhadores sob a forma de salários, e a outra parte para o conjunto da classe burguesia sob a forma de lucros, juros, rendas, etc.

Quando a taxa de exploração da classe operária é de 100 por cento, o dia de trabalho de oito horas decompõe-se por conseguinte em duas partes iguais: 4 horas de trabalho durante as quais os operários produzem o contra-valor dos seus salários, e 4 horas durante as quais fornecem trabalho gratuito, trabalho não remunerado pelos capitalistas e cujo produto é apropriado por estes.

À primeira vista, se a fracção $\frac{PL}{C+V}$ aumenta, quando a composição orgânica do capital aumenta igualmente e C se torna cada vez maior em relação a V, esta fracção tenderá a diminuir, havendo por isso diminuição da taxa média de lucro em consequência do aumento da composição orgânica do capital, visto que PL é produzido só por V e não por C. Mas há um facto que pode neutralizar o efeito do aumento da composição orgânica do capital: é precisamente o aumento da taxa da mais-valia.

Se PL sobre V, a taxa da mais-valia aumenta, isso quer dizer que na fracção $\frac{PL}{C+V}$, numerador e denominador aumentam ambos, e neste caso o conjunto desta fracção pode conservar o seu valor, na condição de os dois aumentos se fazerem numa determinada proporção.

Noutros termos: O aumento da taxa da mais-valia pode neutralizar os efeitos do aumento da composição orgânica do capital. Suponhamos, que o valor da produção C+V+PL passa de 100C+100V+100PL a 200C+100V+100PL. A composição orgânica do capital passou, assim, de 50 a 66 por cento, a taxa de lucro caiu de 50 a 33 por cento.

Mas se ao mesmo tempo a mais-valia passa de 100 a 150,

Queda da
tx. de lucro
e
aumento da
comp. org.
do capital

Aumento da
tx. de MV
p/ neutralizar
a queda da
tx. de lucro

Tx de lucro

$$\frac{MV}{C+V}$$

Tx de m. valia

$$\frac{MV}{V}$$

tx. de expl.
do prolet.

isto é, se a taxa da mais-valia passa de 100 a 150 por cento então a taxa de lucro $\frac{150}{300}$, fica sendo de 50 por cento: o aumento da taxa da mais-valia neutralizou o efeito do aumento da composição orgânica do capital.

Estes dois movimentos poderão produzir-se exactamente na proporção necessária para se neutralizarem um ao outro? Aqui tocamos na fraqueza fundamental, no calcanhar de Aquiles do regime capitalista. Estes dois movimentos não podem produzir-se, com o tempo, na mesma proporção. Não há nenhum limite ao aumento da composição orgânica do capital. No limite V pode mesmo cair a zero, quando se chega à

automação total. Mas poderá $\frac{PL}{V}$ aumentar igualmente de maneira ilimitada, sem limite algum? Não, porque para que haja mais-valia produzida, é preciso que haja operários a trabalhar, e nestas condições a fracção do dia de trabalho durante o qual o operário reproduz o seu próprio salário não pode cair a zero. Pode ser reduzida de 8 horas a 7 horas, de 7 horas a 6 horas, de 6 horas a 5 horas, de 5 horas a 4 horas, de 4 horas a 3 horas, de 3 horas a 2 horas, de 2 horas a 1 hora, a 50 minutos. Seria já uma produtividade fantástica, a que permitisse ao operário produzir o contra-valor de todo o seu salário em 50 minutos. Mas o operário não poderá nunca reproduzir o contra-valor do seu salário em zero minutos, zero segundos. Há aí um resíduo que a exploração capitalista não pode nunca suprimir. Isto significa que, com o tempo, a queda da taxa média de lucro é inevitável, e creio pessoalmente, ao contrário de não poucos teóricos marxistas, que essa queda é aliás demonstrável em números, isto é, que hoje as taxas médias de lucro nos grandes países capitalistas são muito mais baixas que há 50, 100 ou 150 anos.

Claro está quando se examinaram períodos mais curtos, há movimentos em sentido diverso; há muitos factores que entram em jogo (deles falaremos de novo a seguir, quando

tratarmos o neo-capitalismo). Mas para períodos mais longos, o movimento é muito claro, tanto para a taxa de juros como para a taxa de lucro. Devemos aliás lembrar que de todas as tendências de evolução do capitalismo, é esta a que sempre foi mais nitidamente apercebida pelos próprios teóricos do capitalismo. Dela fala Ricardo; John Stuart Mill insiste nela; Keynes é-lhe extremamente sensível. Houve uma espécie de adágio popular na Inglaterra no fim dos século XIX: o capitalismo pode suportar tudo, excepto uma queda da taxa média de juro a 2 por cento, porque tal queda suprimiria o incentivo ao investimento.

Este adágio encerra evidentemente um certo erro de raciocínio. Os cálculos de percentagem, de taxas de lucro, têm um valor real, mas um valor em suma relativo para um capitalista. O que lhe interessa não é somente a percentagem que ganha sobre o seu capital, é também a soma total que ganha. E se os 2 por cento se aplicam não a 100 000 mas a 100 milhões, representam ainda assim 2 milhões, e o capitalista reflectirá 10 vezes antes de dizer que prefere deixar o seu capital ganhar bolor, a contentar-se com esse lucro inteiramente detestável que são apenas 2 milhões por ano.

Assim, na prática, o que se vê não é uma suspensão total da actividade de investimento em consequência da queda da taxa de lucro e de juro, mas antes um afrouxamento à medida que a taxa de lucro cai num ramo de indústria. Pelo contrário, nos ramos industriais ou nas épocas em que há uma expansão mais rápida e em que a taxa de lucro tende a aumentar, a actividade de investimento recrudescer e torna-se muito mais rápida, e então o movimento parece alimentar-se de si mesmo e essa expansão parece processar-se sem limites, até que a tendência se inverta de novo.

Ⓟ
Pode-se aumentar
infinitamente
a comp. org.
do capital
(autom. total),
mas ã se
pode reduzir
V a zero, pois
o op. demanda
salário (logg. ta.
MV não pode
ser 100%).
...
Logo, a queda
da tx. de lucro
é inevitável
a longo prazo

A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DO REGIME CAPITALISTA E AS CRISES PERIÓDICAS DE SOBREPRODUÇÃO

O capitalismo tem tendência a expandir a produção de maneira ilimitada, a alargar o seu ramo de acção ao mundo inteiro, a encarar todos os homens como clientes potenciais (há que sublinhar uma curiosa contradição, da qual Marx já falou: cada capitalista quereria sempre que os outros capitalistas aumentassem os salários dos seus operários, porque os salários desses operários representam poder de compra para as mercadorias do capitalista em questão. Mas não admite que os salários dos seus próprios operários aumentem, porque isso reduziria evidentemente o seu próprio lucro).

Existe por conseguinte uma extraordinária estruturação do mundo que se torna uma unidade económica, com uma interdependência extremamente sensível entre as suas diferentes partes. São conhecidos todos os estribilhos que a este respeito foram utilizados: se alguém espirra na Bolsa de Nova Iorque, há 10 000 camponeses da Malásia que ficam arruinados.

O capitalismo produz uma extraordinária interdependência dos rendimentos e unificação dos gostos de todos os homens. O homem torna-se bruscamente consciente de toda a riqueza das possibilidades humanas, ao passo que na sociedade pré-capitalista estava fechado nas estreitas possibilidades naturais duma só região. Na Idade Média não se comia ananás na Europa, só se comiam os frutos locais. Agora comem-se os frutos que, praticamente, se produzem em todo o mundo, passou-se mesmo a comer frutos da China e da Índia aos quais ainda não se estava habituado antes da segunda guerra mundial.

Há por conseguinte laços recíprocos que se estabelecem entre todos os produtos e todos os homens. Há, noutros termos, uma socialização progressiva de toda a vida económica, que se torna um só conjunto, um só tecido. Simplesmente, todo esse movimento de interdependência roda loucamente à volta do interesse privado, a apropriação privada, dum pequeno número de capitalistas cujos interesses privados entram

aliás cada vez mais em contradição com os interesses de muitos milhões de seres humanos englobados nesse conjunto.

É nas crises económicas que a contradição entre a socialização progressiva da produção e a apropriação privada que lhe serve de motor e de suporte se revela de maneira mais extraordinária. Porque as crises económicas capitalistas são fenómenos inverosímeis, como nunca antes se tinha visto. Não são crises de penúria, como todas as crises pré-capitalistas; são crises de sobre-produção. Não é por haver demasiadamente pouco que comer, mas por serem relativamente demasiados os produtos alimentares que os desempregados bruscamente morrem à fome.

À primeira vista isto parece ser uma coisa incompreensível. Como é que se pode morrer à fome por haver alimentação a mais? Mas o mecanismo do regime capitalista faz compreender este aparente paradoxo. As mercadorias que não encontram compradores não somente deixam de realizar a sua mais-valia, mas nem sequer mesmo já reconstituem o capital investido. A má venda obriga pois os empresários a fechar as portas das empresas. São por isso obrigados a despedir os seus trabalhadores. E visto que esses trabalhadores despedidos não dispõem de reservas, visto que não podem subsistir senão vendendo a sua força de trabalho, o desemprego condena-os evidentemente à mais negra miséria, precisamente porque a abundância relativa das mercadorias provocou a sua má venda.

O facto das crises económicas periódicas é inerente ao regime capitalista e permanece para ele insuperável. Veremos mais adiante que isso continua a ser verdadeiro também no regime neo-capitalista em que vivemos agora, mesmo se essas crises se dão então o nome de "recessões". As crises são a mais nítida manifestação da contradição fundamental do regime, e o aviso periódico de que está condenado a morrer tarde ou cedo. Mas não morrerá jamais de morte automática. Será sempre preciso dar-lhe um piparotezinho consciente para o condenar definitivamente, e esse piparote é a nós, e ao movimento operário que compete dar-lho.

①
→ Apesar de
tudo, não
era fatal
lista

III

O NEO-CAPITALISMO

ORIGENS DO NEO-CAPITALISMO

A grande crise económica de 1929 modifica primeiro fundamentalmente a atitude da burguesia e dos seus ideólogos para com o Estado; modifica em seguida a atitude dessa mesma burguesia para com o futuro do seu próprio regime.

Há alguns anos, teve lugar nos Estados Unidos um processo escandaloso, o processo de Alger Hiss, que tinha sido substituto do Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos durante a guerra. Nesse processo, um dos amigos mais íntimos de Alger Hiss, um jornalista da Casa Luce, chamado Chambers, tinha apresentado o processo-chave contra Hiss, acusando-o de ter sido comunista, de ter roubado documentos do departamento de Estado e de os ter passado à União Soviética. Este Chambers, que era um homem um pouco neurótico, e que, após ter sido comunista durante os dez primeiros anos da sua vida adulta, terminou a sua carreira como redactor da página religiosa do semanário *Time*, escreveu um grosso livro intitulado "Witness" ("Testemunha"). E nesse livro há uma passagem que diz aproximadamente isto a pro-

pósito do período de 1929-1939: "Na Europa, os operários são socialistas e os burgueses são conservadores; na América, as classes médias são conservadoras, os operários são democratas e os burgueses são comunistas".

É evidentemente absurdo apresentar as coisas desta maneira exagerada. Mas não há dúvida que o ano de 1929 e o período que se seguiu à grande crise de 1929-1932 foram uma experiência traumática para a burguesia americana, burguesia que, de toda a classe capitalista mundial, era a única imbuída duma confiança total, cega, no futuro do regime da "livre empresa". Recebeu um choque terrível durante essa crise de 1929-1932, que foi verdadeiramente para a sociedade americana a tomada de consciência da questão social e a contestação do regime capitalista, e que corresponde em suma ao que se tinha vivido na Europa aquando do nascimento do movimento operário socialista, no período de 1865-1890 do século passado.

Esta contestação do regime por parte da burguesia tomou formas diversas à escala mundial. Tomou a forma de consolidar o capitalismo por meio do fascismo e das diferentes experiências autoritárias, em certos países da Europa Ocidental, central e meridional. Tomou uma forma menos violenta nos Estados Unidos, e é esta sociedade americana dos anos de 1932-1940 que prefigura aquilo a que se chama hoje o neo-capitalismo.

Qual é a razão pela qual não foi a experiência fascista entendida e generalizada, mas antes a experiência de um "desanuviamento idílico" das tensões sociais que deu a sua característica fundamental ao neo-capitalismo? O regime fascista era um regime de extrema crise social, económica e política, de tensão extrema das relações entre as classes, determinada, em última análise, por um longo período de estagnação da economia, no qual a margem de discussão, de negociação, entre a classe operária e a burguesia estava quase reduzida a zero. O regime capitalista tinha-se tornado incompatível com a sobre-

vivência dum movimento operário mais ou menos autónomo.

Na história do capitalismo, distinguimos, ao lado das crises periódicas que se produzem todos os 5, 7 ou 10 anos, ciclos a mais longo prazo, dos quais falou pela primeira vez um economista russo, Kondratief, e que se podem chamar vagas a longo prazo de 25 a 30 anos. A uma vaga a longo prazo caracterizada por uma taxa de crescimento elevada sucede muitas vezes uma vaga a longo prazo caracterizada por uma taxa de crescimento mais baixa. Parece-me evidente que o período de 1913 a 1940 era uma destas vagas a longo prazo de estagnação da produção capitalista, na qual todos os ciclos que se sucederam, da crise de 1913 à crise de 1920, da crise de 1920 à crise de 1929, da crise de 1929 à crise de 1938, estavam marcados por depressões particularmente duras, pelo facto de que a tendência a longo prazo era uma tendência à estagnação. O ciclo a longo prazo que começou com a segunda guerra mundial, e no qual ainda nos encontramos — digamos o ciclo de 1940-1965 ou 1940-1970 — tem, pelo contrário, sido caracterizado pela expansão, e em consequência desta expansão a margem de negociação, de discussão entre a burguesia e a classe operária encontra-se alargada. Assim é criada a possibilidade de consolidar o regime na base de concessões feitas aos trabalhadores, política praticada à escala internacional na Europa ocidental e na América do Norte, e amanhã talvez mesmo em vários países da Europa meridional, política neo-capitalista baseada numa colaboração bastante estreita entre a burguesia expansiva e as forças conservadoras do movimento operário, e fundada numa elevação tendencial do nível de vida dos trabalhadores.

Contudo, o fundamento de toda esta evolução é a contestação do regime, a dúvida quanto ao futuro do regime capitalista, e nesse plano já não há discussão possível. Em todas as camadas decisivas da burguesia reina agora a convicção profunda de que o automatismo da própria economia, os "mecanismos do mercado", são incapazes de assegurar a sobrevivên-

cia do regime, que não pode deixar entregue ao funcionamento interno, automático da economia capitalista, e que é preciso uma intervenção consciente cada vez mais sistemática, para salvar esse regime.

Na medida em que a própria burguesia já não tem confiança no mecanismo automático da economia capitalista para manter o seu regime, é precisa a intervenção duma outra força para salvar esse regime a longo prazo, e essa outra força é o Estado. O neo-capitalismo é um capitalismo caracterizado antes do mais, por uma intervenção crescente dos poderes públicos na vida económica. É aliás também deste ponto de vista que a experiência neo-capitalista actual na Europa ocidental não é senão o prolongamento da experiência de Roosevelt nos Estados Unidos.

Para compreender as origens do actual neo-colonialismo, é preciso contudo ter também em conta um segundo factor que explica a intervenção crescente do Estado na vida económica, a saber o factor da *guerra fria*, ou mais geralmente o desafio que o conjunto das forças anti-capitalistas lançaram ao capitalismo mundial. Esse clima de desafio torna absolutamente insuportável ao capitalismo a perspectiva de uma nova crise económica grave, do tipo da de 1929-1933. Basta imaginar o que se passaria na Alemanha, se na RFA houvesse cinco milhões de desempregados, ao passo que há penúria de mão de obra na RDA, para nos apercebermos das razões de uma tal impossibilidade do ponto de vista político. É por isso que a intervenção dos poderes públicos na vida económica dos países capitalistas é antes de tudo *anti-cíclica*, ou, se se preferir, *anti-crise*.

UMA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA PERMANENTE

Detenhamo-nos por um instante neste fenómeno sem o qual o neo-capitalismo concreto que conhecemos desde há 15 anos na Europa ocidental não é compreensível, a saber, este fenómeno de expansão a longo prazo.

Para compreender este fenómeno, para compreender as causas desta vaga a longo prazo que começa com a 2ª guerra mundial, nos Estados Unidos, é preciso lembrar que na maior parte dos outros ciclos expansivos que conhecemos na história do capitalismo, encontramos ainda e sempre uma mesma constante, a saber, revoluções tecnológicas. Não é por acaso que houve uma vaga de expansão no mesmo género que precedeu o período de estagnação e de crise de 1913-1940. É um período extremamente pacífico na história do capitalismo do fim do século XIX, durante o qual não houve ou quase não houve guerras, fora das guerras coloniais, e no qual toda uma série de pesquisas, de descobertas tecnológicas, que se tinham armazenado durante a fase precedente, começam a ser aplicadas. No período de expansão que conhecemos actualmente, assistimos mesmo a um processo de aceleração do progresso técnico, de verdadeira revolução tecnológica, para a qual mesmo o termo de 2ª ou de 3ª revolução industrial não é completamente adequado. Na realidade, encontramos-nos diante duma transformação quase ininterrupta das técnicas de produção, e este fenómeno é antes um subproduto da corrida permanente aos armamentos, da guerra fria em que estamos instalados desde o fim da segunda guerra mundial...

Com efeito, se examinarmos atentamente a origem de 99 por cento das transformações das técnicas aplicadas à produção, veremos que essa origem é militar, veremos que se trata de subproduto das novas técnicas que são primeiramente aplicadas no domínio militar e que, em seguida, encontram a mais ou menos longo prazo essa aplicação no plano produtivo na medida que entram no domínio público.

Este facto é tão verdadeiro que é hoje utilizado em França, como argumento principal, pelos partidários da força de dissuasão francesa, que explicam que, se não se desenvolve essa força de dissuasão, não se conhecerá a técnica que, daqui a 15 ou 20 anos, determinará uma parte importante dos processos produtivos industriais, todos os subprodutos das técnicas

(X)

A necessidade da intervenção do Estado

New Deal
prefigura
o "neo-capitalismo"

o peso das técnicas militares

cas nucleares e das técnicas conjuntas no plano industrial.

Não quero polemizar aqui com esta tese, que considero aliás inaceitável; quero simplesmente sublinhar que ela confirma, mesmo de maneira absolutamente "extremista", que a maioria das revoluções tecnológicas que continuamos a viver no domínio da indústria e da técnica produtiva em geral são subprodutos das revoluções técnicas no domínio militar.

Na medida em que estamos instalados numa guerra fria permanente, que é caracterizada por uma procura permanente de uma transformação técnica no domínio dos armamentos, há aí um facto novo, uma fonte por assim dizer extra-económica, que alimenta as transformações constantes da técnica produtiva. No passado, quando não havia esta autonomia da pesquisa tecnológica, quando a pesquisa tecnológica foi essencialmente obra de firmas industriais, havia uma razão maior para determinar uma marcha cíclica dessa pesquisa. Diziam: é preciso afrouxar agora as inovações, porque temos instalações extremamente custosas, e é preciso começar por amortizar essas instalações. É preciso que elas se tornem rentáveis, que os seus encargos de instalação sejam cobertos, antes de nos lançarmos numa nova fase de transformação tecnológica.

A tal ponto isto é verdade, que economistas como por exemplo Schumpeter tomaram mesmo este ritmo cíclico das revoluções técnicas como explicação de base para a sucessão das vagas a longo prazo expansivas, ou das vagas a longo prazo de estagnação.

Hoje em dia esse motivo económico já não funciona da mesma maneira. No plano militar, não há motivos válidos para suspender a pesquisa de novas armas. Há pelo contrário sempre o perigo de que o adversário encontra uma nova arma antes de o próprio a encontrar. Há por conseguinte um verdadeiro estimulante numa pesquisa permanente, sem interrupção e praticamente sem consideração económica (ao menos para os Estados Unidos), o que faz que agora esse rio corra de

maneira ininterrupta. O que quer dizer que nós vivemos uma verdadeira época de transformação tecnológica ininterrupta no domínio da produção. Basta que nos lembremos que tudo o que se produziu no decurso dos últimos 10-15 anos, a partir da libertação da energia nuclear, através da automação, do desenvolvimento das máquinas de calcular electrónicas, da miniaturização, do *laser*, e de toda uma série de outros fenómenos para registarmos esta transformação, esta revolução tecnológica ininterrupta.

Ora, quem diz revolução tecnológica ininterrupta diz encurtamento, redução do período de renascimento do capital fixo. Isto explica ao mesmo tempo a expansão à escala mundial, que como toda a expansão a longo prazo no regime capitalista é essencialmente determinada pela ampliação dos investimentos fixos, e também a redução da duração do ciclo económico de base, duração que é determinada pela longevidade do capital fixo. Na medida em que este capital fixo se renova agora a um ritmo mais rápido, a duração do ciclo encurta-se também; não temos mais crises todos os 7 ou os 10 anos, mas temos recessões todos os 4-5 anos, isto é, entramos numa recessão de ciclos muito mais rápidos e muito mais breves que os ciclos anteriores ao período de antes da segunda guerra mundial.

Finalmente, para terminar este exame das condições em que se desenvolve o neo-capitalismo de hoje, há uma transformação bastante importante, que se produziu à escala mundial, das condições em que existe e se desenvolve o capitalismo.

Por um lado, há a extensão do campo dito socialista, e por outro lado há a revolução colonial. E se o balanço do fortalecimento do campo dito socialista é efectivamente um balanço de perda do ponto de vista do capitalismo mundial — pode dizer-se perda de matérias primas, perda de campos de investimentos dos capitais, perda dos mercados, perdas em todos os planos — o balanço da revolução colonial, por mais

paradoxal que isso possa parecer, ainda não se saldou por uma perda de substâncias para o mundo capitalista. Pelo contrário, um dos factores concomitantes que explicam a ampliação da extensão económica dos países imperialistas e que conhecemos nesta fase, é de facto que na medida em que a revolução colonial se mantém no quadro do mercado mundial capitalista (salvo no caso em que faz nascer outros Estados ditos socialistas), essa revolução colonial estimula a produção e a exportação de bens de equipamento, dos produtos da indústria pesada pelos países imperialistas. Quer dizer que a industrialização dos países subdesenvolvidos, o neo-colonialistas, duma nova burguesia nos países coloniais, são um outro suporte, juntamente com a revolução tecnológica, da tendência expansiva a longo prazo nos países capitalistas avançados, visto que têm no fundo os mesmos efeitos, levam também ao aumento de produção das indústrias pesadas e das indústrias de construção mecânica, das indústrias de fabricação de máquinas. Uma parte dessas máquinas servem para o renovamento acelerado do capital fixo dos países capitalistas avançados; uma outra parte serve para a industrialização, para o equipamento dos países coloniais há pouco independentes.

Desta maneira, podemos compreender o fundamento desta experiência neo-capitalista que estamos vivendo, o fundamento que é o dum período de expansão a longo prazo do capitalismo, período que eu creio limitado no tempo, como os períodos análogos do passado (não creio de modo nenhum que este período de expansão vá durar eternamente e que o capitalismo tenha encontrado agora a pedra filosofal que lhe permitiria evitar não somente as crises mais ainda a sucessão de ciclos a longo prazo de expansão e de estagnação relativa), mas que confronta de momento o movimento operário da Europa ocidental com os problemas particulares desta expansão.

Quais são agora as características fundamentais dessa intervenção dos poderes públicos na economia capitalista?

A IMPORTÂNCIA DAS DESPESAS COM OS ARMAMENTOS

O primeiro fenómeno objectivo que facilita enormemente uma intervenção crescente dos poderes públicos na vida económica dos países capitalistas é precisamente esta permanência da guerra fria e esta permanência da corrida aos armamentos. Porque quem diz permanência da guerra fria, permanência aos armamentos, permanência dum orçamento militar extremamente elevado, diz também controle pelo Estado duma fracção importante do rendimento nacional. Se se compara a economia de todos os grandes países capitalistas avançados de hoje com a de todos os países capitalistas de antes da primeira guerra mundial, vê-se imediatamente a mudança estrutural extremamente importante que se produziu e que é independente de toda a consideração técnica e de toda a investigação teórica. É o resultado da ampliação desse orçamento militar, no orçamento dos Estados, que, antes de 1914, ocupava 5 %, 6 %, 4 %, 7 % do rendimento nacional, ao passo que o orçamento dos Estados capitalistas de hoje representa 15 %, 20 %, 25 % ou mesmo nalguns casos 30 % do rendimento nacional.

Já de começo, e independentemente de toda a consideração no plano do intervencionalismo, pelo simples facto do aumento dessas despesas de armamento permanentes, o Estado controla uma parte importante do rendimento nacional.

Eu disse que esta guerra fria seria permanente durante um longo período. Disso estou pessoalmente convencido. Ela é permanente porque é permanente a contradição de classe entre os dois campos em presença à escala mundial, porque não há nenhuma razão lógica que possa deixar de prever, a curto ou médio prazo, quer um desarmamento voluntário da burguesia internacional diante dos adversários com os quais se acha confrontada à escala mundial, quer um acordo entre a

Aumento
das des-
pesas do
Estado q
armamento
=
controle sobre
uma parte
maior das
rendimentos
nacionais

União Soviética e os Estados Unidos, que permitisse bruscamente reduzir em metade, em 2/3 ou 3/4 essas despesas com armamentos.

Partimos por consequência disto: despesas militares permanentes que tendem a elevar-se em volume e importância em relação à receita nacional, ou pelo menos a estabilizar-se, isto é, a aumentar na medida em que a receita nacional está em extensão constante nesta fase. E de facto mesmo dessa extensão das despesas militares depreende-se o lugar importante dos poderes públicos na vida económica.

Talvez conheçais o artigo que Pierre Naville publicou há alguns anos na "*Nouvelle Revue Marxiste*". Nele reproduz uma série de números fornecidos pelo relator do Orçamento em 1956, que marcam a importância prática das despesas militares para uma série completa de um ramo industrial. Há numerosos ramos industriais entre os mais importantes, daqueles que estão à cabeça do progresso tecnológico, que trabalham essencialmente para encomendas do Estado, e que estariam condenados a morrer a breve trecho se essas encomendas do Estado desaparecessem: a aeronautica, a electrónica, a construção naval, as telecomunicações e mesmo a engenharia civil, sem esquecer a indústria nuclear. Nos Estados Unidos há uma situação análoga; mas na medida em que esses ramos se encontram aí mais desenvolvidos e em que a economia americana é mais vasta, a economia de regiões inteiras está aí baseada nesses ramos. Pode dizer-se que a Califórnia, que é o Estado mais em expansão, vive em grande parte do orçamento militar dos Estados Unidos. Se esse país tivesse de se desarmar e de se manter capitalista, seria a catástrofe para o Estado da Califórnia onde estão localizadas a indústria dos foguetões, a indústria da aviação militar, a indústria electrónica. Não é preciso fazer-vos um desenho para explicar as consequências políticas desta situação particular sobre a atitude dos políticos burgueses da Califórnia: não os encontrareis à cabeça da luta pelo desarmamento!

Segundo fenómeno, que à primeira vista parece em contradição com o primeiro: a expansão daquilo a que poderia chamar-se despesas sociais, de tudo aquilo que está ligado de perto ou de longe aos seguros sociais que estão em alta constantes nos orçamentos públicos em geral, e sobretudo na receita nacional enquanto tal, desde há 25-30 anos.

COMO AS CRISES SÃO "AMORTECIDAS" NAS RECESSÕES

Este crescimento dos seguros sociais resulta de vários fenómenos concomitantes.

Há primeiro a pressão do movimento operário, que visa desde sempre a atenuar uma das características mais marcantes da condição proletária: a insegurança da existência. Visto que o valor da força de trabalho não cobre em suma senão as necessidades da sua reconstituição corrente, toda a interrupção da venda desta força de trabalho — isto é, todo o acidente que impeça o operário de trabalhar normalmente: desemprego, doença, invalidez, velhice — projecta o proletário num abismo de miséria. No começo do regime capitalista, só à "caridade", à beneficência privada ou pública é que o operário sem trabalho podia dirigir-se no seu infortúnio, com resultados materiais insignificantes mas ao preço de terríveis feridas na sua dignidade de homem. A pouco e pouco, o movimento operário impôs o princípio dos seguros sociais, primeiro voluntários, depois obrigatórios, contra esses acidentes da sorte: seguro contra a doença, seguro contra o desemprego, seguro contra a velhice. E finalmente esta luta levou ao princípio da segurança social que deveria em teoria cobrir o assalariado contra toda a perda de salário corrente.

Há em seguida um certo interesse do Estado. As caixas que recolhem as somas importantes que servem para financiar esta segurança social dispõem muitas vezes de capitais líquidos importantes. Podem colocar esses capitais em fundos do Estado, isto é, emprestá-los ao Estado (em princípio a curto

Razões da
am - da
seg. social

① Pressão
do mov. op

① Interesse
do Estado em
usar os
fundos

prazo). O regime nazi tinha aplicado esta técnica, que se estendeu em seguida à maioria dos países capitalistas.

A intumescência cada vez mais importante destes fundos de segurança levou aliás a uma situação particular que põe um problema teórico e prático ao movimento operário. Este considera a justo título que o conjunto dos fundos depositados nas Caixas de Segurança social — quer pelos patrões, quer pelo Estado, quer pelo desconto nos salários dos próprios operários — constitui simplesmente uma parte do salário, um “salário indirecto” ou “salário diferido”. É o único ponto de vista razoável, que concorda aliás com a teoria marxista do valor, visto que é efectivamente necessário considerar como preço da força de trabalho o conjunto da retribuição que o operário recebe em troca dela, pouco importando que essa retribuição lhe seja paga imediatamente (salário directo), ou mais tarde (salário diferido). Por esta razão, a gestão “paritária” (sindicatos-patrões, ou sindicatos-Estado) das caixas de segurança ou previdência social deve ser considerada como uma violação dum direito dos trabalhadores. Visto que os fundos dessas pertencem exclusivamente aos operários, toda a ingerência doutras forças sociais afora os sindicatos na sua gestão deve ser rejeitada. Os operários não devem admitir a “gestão paritária” dos seus salários, do mesmo modo que os capitalistas não admitem a “gestão paritária” das suas contas de banco ...

Mas a intumescência dos depósitos na segurança ou previdência social pode criar uma certa “tensão” entre o salário directo do salário diferido, elevando-se este algumas vezes até 40 % do salário total. Numerosos meios sindicais opõem-se a novos aumentos dos “salários diferidos” e queriam concentrar qualquer nova vantagem só no salário directamente entregue ao operário. É preciso contudo compreender que subjacente ao facto do “salários diferido” e da segurança social há o princípio da *solidariedade de classe*. Com efeito, as caixas de doença, de acidente, etc., não se fundam no prin-

cípio da “recuperação individual” (cada qual recebe no fim de contas tudo o que entregou ou que o patrão ou o Estado entregou por ele), mas no princípio da *segurança*, isto é, da solidariedade: aqueles que não sofrem acidentes pagam para que os que os sofrem possam ser inteiramente cobertos. O princípio subjacente a esta prática é o da *solidariedade de classe*, isto é, do interesse para os trabalhadores de evitar a *constituição dum sub-proletariado*, que não somente enfraqueceria a combatividade da massa laboriosa (pois cada indivíduo recearia ser precipitado tarde ou cedo nesse sub-proletariado), mas ameaçaria ainda fazer-lhe concorrência e pesar nos salários. Nestas condições, em vez de nos queixarmos da amplidão “excessiva” do salário diferido, deveríamos pôr em evidência a *sua insuficiência gritante*, que faz com que a maioria dos trabalhadores idosos, mesmo nos países capitalistas mais prósperos, conheçam uma terrível queda de nível de vida. A resposta eficaz ao problema da “tensão” entre salário directo e salário indirecto está em reclamar a substituição do princípio da solidariedade limitada só à classe laboriosa pelo princípio da solidariedade alargada a todos os cidadãos, isto é, a transformação da segurança social em *serviços nacionais* (da Saúde, do Pleno Emprego, da Velhice) *financiados pelo imposto progressivo sobre os rendimentos*. É só desta maneira que o sistema do “salário diferido” resultará numa verdadeira subida importante dos salários e numa *verdadeira redistribuição do rendimento nacional* a favor dos assalariados.

Há que reconhecer que até aqui isso nunca foi realizado em grande escala em regime capitalista, e é preciso mesmo pôr-se a questão de saber se essa realização é possível sem provocar uma reacção capitalista que acarreterá rapidamente um período de crise revolucionária. É um facto que as experiências mais interessantes de Segurança Social, como a que foi realizada em França após 1944, ou sobretudo o Serviço Nacional de Saúde na Grã-Bretanha após 1945, foram financiadas muito mais por uma *taxação dos próprios trabalhadores*

(sobretudo pelo aumento dos impostos indirectos e pelo agravamento da fiscalidade directa que atingia os salários mesmo modestos, como por exemplo na Bélgica) do que pela taxação da burguesia. É por isso que em regime capitalista, nunca se assistiu a uma verdadeira e radical redistribuição do rendimento nacional pelo imposto, um dos grandes "mitos" do reformismo.

Há ainda um outro aspecto da importância crescente do "salário diferido", dos seguros sociais, no rendimento nacional dos países capitalistas industrializados: é precisamente o seu carácter anti-cíclico. Encontramos aqui uma outra razão pela qual o Estado burguês, o neo-capitalismo, tem interesse em ampliar o volume desse "salário diferido". É que este desempenha o papel de almofada amortecedora que impede uma queda demasiado brusca e demasiado forte do rendimento nacional em caso de crise.

Outrora, quando um operário perdia o emprego, o seu rendimento caía a zero. Quando um quarto da mão-de-obra estava desempregada, os rendimentos dos assalariados baixavam automaticamente de um quarto. Muitas vezes foram descritas as consequências terríveis desta baixa de rendimentos, desta baixa da "procura total", para o conjunto da economia capitalista o aspecto duma reacção em cadeia que progredia com uma lógica e uma fatalidade terrificantes.

Suponhamos que a crise rebenta no sector que fabrica bens de equipamento, e que este sector é obrigado a fechar empresas e a despedir trabalhadores. A perda de rendimentos que estes sofrem reduz radicalmente as suas compras de bens de consumo. Em consequência disso, há rapidamente superprodução no sector que fabrica bens de consumo, que por seu turno se vê obrigado a fechar empresas e a despedir pessoal. Assim, as vendas de bens de consumo baixarão uma vez mais, e as mercadorias em armazém sem compradores acumular-se-ão. Ao mesmo tempo, as fábricas de bens de consumo ao serem fortemente atingidas, reduzirão ou suprimirão as suas

encomendas de bens de equipamento, o que acarretará o encerramento de novas empresas da indústria pesada, e por conseguinte o despedimento dum grupo suplementar de trabalhadores, e por isso uma nova baixa do poder de compra de bens de consumo, e por conseguinte uma nova acentuação da crise no sector da indústria ligeira, que acarretará por sua vez novos despedimentos, etc.

Mas a partir do momento em que um sistema eficaz de seguro contra o desemprego tiver sido posto em prática, estes efeitos cumulativos da crise são amortecidos: e quanto mais elevado é o abono de desemprego mais forte será o amortecimento da crise.

Retomemos a descrição do começo da crise. O sector que fabrica bens de consumo conhece uma superprodução e é obrigado a despedir pessoal. Mas desde o momento em que o abono de desemprego se eleva, suponhamos, a 60 % do salário, esse despedimento já não significa a supressão de todos os rendimentos desses desempregados, mas somente a redução desses rendimentos em 40 %. Dez por cento de desempregados num país já não significa uma queda da procura total de 10 %, mas somente de 4 %; 25 % de desempregados não dão mais de 10 % de redução de rendimentos. E o efeito cumulativo produzido por esta redução (que na ciência económica académica se calcula aplicando a esta redução da procura, um multiplicador), será reduzido proporcionalmente. As vendas de bens de consumo serão por conseguinte muito menos reduzidas; a crise não se estenderá de maneira tão forte ao sector dos bens de consumo; este despedirá por consequência muito menos pessoal; poderá manter uma parte das suas encomendas de bens de equipamento, etc. Em resumo: a crise deixa de se alargar em forma de espiral; é "travada" a meio caminho. O que hoje se chama "recessão" não é outra coisa senão uma crise capitalista clássica "amortecida" sob o efeito especialmente dos seguros sociais:

No meu "Tratado de Economia Marxista" cito uma série

(11)
(a nível
anti-
cíclico
(manut.)
de certo
poder de
compra)

(11) A "recessão" não passa de uma crise "amortecida"

de dados referentes às últimas recessões americanas que confirmam empiricamente esta análise teórica. De facto, segundo esses números, parece que o começo das recessões de 1953 e de 1957 foi fulgurante e duma amplidão em todos os pontos comparável à das crises capitalistas mais graves do passado (1929 e 1938). Mas, ao contrário dessas crises de antes da segunda guerra mundial, a recessão de 1953 e de 1975 cessava de se ampliar a partir dum certo número de meses. Foi por conseguinte travada a meio caminho, e depois reabsorvida. Compreendemos agora uma das causas fundamentais desta transformação das crises em recessões.

Do ponto de vista da distribuição do rendimento nacional entre Capital e Trabalho, a intumescência do orçamento militar tem um efeito oposto ao da intumescência do "salário diferido", visto que em todo o caso uma parte deste salário provém sempre de pagamentos suplementares da burguesia. Mas do ponto de vista dos *seus efeitos anti-cíclicos*, intumescência do orçamento militar (das despesas públicas em geral) e intumescência dos seguros sociais desempenham um papel idêntico para "amortecer" a violência das crises e dar ao neo-capitalismo um dos seus aspectos particulares.

A procura total pode dividir-se em duas categorias: procura de bens de consumo e procura de bens de investimento (de bens de equipamento). A intumescência dos fundos de seguros sociais permite evitar uma queda brutal das despesas (da procura) em bens de consumo, após o começo da crise. A intumescência das despesas públicas (sobretudo das despesas militares) permite evitar nos dois sectores, estes traços distintos do neo-capitalismo operam não para suprimir as contradições do capitalismo — as crises rebentam como dantes, o capitalismo não encontrou meio de assegurar um crescimento ininterrupto, mais ou menos harmonioso — mas para as reduzir (ao menos temporariamente, no quadro dum período a longo prazo de crescimento acelerado e a preço duma inflação permanente) a sua amplidão e gravidade.

A TENDÊNCIA PARA A INFLAÇÃO PERMANENTE

Uma das consequências de todos os fenómenos de que acabamos de falar, e que têm efeitos anti-cíclicos, é o que se poderia chamar a tendência à inflação permanente, que se manifesta de maneira evidente no mundo capitalista desde 1940, desde o começo ou vésperas da segunda guerra mundial.

A causa fundamental desta inflação permanente é a importância do sector militar, do sector do armamento na economia da maior parte dos grandes países capitalistas. É que a produção de armamentos tem a característica particular de criar um poder de compra, exactamente da mesma maneira que a produção de bens de consumo ou a produção de bens de produção — nas fábricas em que se constroem tanques ou mísseis, pagam-se salários como em fábricas de máquinas ou de produtos têxteis, e os capitalistas proprietários dessas fábricas embolsam um lucro exactamente como os capitalistas proprietários das fábricas siderúrgicas ou das fábricas têxteis — mas em compensação desse poder suplementar de compra, não há mercadorias suplementares que sejam lançadas no mercado. Paralelamente à criação de poder de compra nos dois sectores de base da economia clássica — o sector dos bens de consumo e o sector dos bens de produção — aparecem também no mercado uma massa de mercadorias que podem reabsorver esse poder de compra. Pelo contrário, a criação de poder de compra no sector de armamentos não é compensado pelo aumento da massas das mercadorias, quer de bens de consumo, quer de bens de produção, cuja venda poderia reabsorver o poder de compra assim criado.

A única situação em que as despesas militares não criariam inflação seria aquela em que as mesmas fossem pagas integralmente pelo imposto, e isto em proporções que deixassem subsistir exactamente as proporções entre o poder de compra dos trabalhadores e dos capitalistas por um lado, e entre o valor dos bens de consumo e o dos bens de produção

por outro lado (1). Esta situação não existe em nenhum país, nem mesmo nos países em que a pressão fiscal é mais levada. Nos Estados Unidos, especialmente, o conjunto das despesas militares não é coberto pela fiscalidade, pela redução do poder de compra suplementar, e daí a tendência para a inflação permanente.

Há igualmente um fenómeno de natureza estrutural na economia capitalista na época dos monopólios, que tem o mesmo efeito, a saber, a rigidez dos preços no sentido da baixa.

O facto de que os grandes "trusts" monopolísticos exercem um controle elevado, senão total, sobre toda uma série de mercados, especialmente sobre os mercados de bens de produção e dos bens de consumo duráveis, traduz-se pela ausência de concorrência nos preços no sentido clássico do termo. Cada vez que a oferta é inferior à procura os preços aumentam, ao passo que todas as vezes que a oferta supera a procura, os preços, em vez de baixar, permanecem estáveis ou baixam somente de maneira imperceptível.

É um fenómeno que se verifica na indústria pesada e na indústria de bens de consumo duráveis, desde há quase 25 anos. É um fenómeno aliás tendencialmente ligado àquela fase de extensão a longo prazo de que falávamos atrás, porque, devemos reconhecê-lo honestamente, não podemos prever a evolução dos preços dos bens de consumo duráveis quando esse período de expansão a longo prazo chegar ao fim.

Não se exclui que, quando na indústria automóvel a capacidade de produção excedentária se ampliar, isso levará a uma nova luta de concorrência nos preços e a baixas espectaculares. Poder-se-ia defender a tese de que a famosa crise do automóvel que se espera na segunda metade dos anos 60 (1965,

1. A fórmula não é totalmente exacta. Por preocupação de simplicidade, não tomamos em conta a fracção do poder de compra dos capitalistas destinada primeiro ao consumo próprio dos capitalistas; segundo ao consumo dos operários suplementares admitidos graças aos investimentos capitalistas.

1966, 1967) poderia ser reabsorvida de maneira relativamente fácil na Europa ocidental, se o preço de venda dos carros pequenos fosse baixado em metade, isto é, no dia em que um 4CV ou um 2CV fossem vendidos por 200.000 ou 250.000 antigos francos. Haveria então uma tal extensão da procura que, provavelmente, essa capacidade excedentária desapareceria normalmente. No quadro dos acordos actuais isso não parece impossível; mas se se passar por um período de 5 ou 6 anos de luta de concorrência desenfreada (coisa que é inteiramente possível na indústria automóvel na Europa) é uma eventualidade que se não deve excluir. Acrescentamos desde já que há uma eventualidade mais provável, a da capacidade de produção excedentária ser suprimida pelo encerramento e desaparecimento de toda uma série de firmas, impedindo então o desaparecimento dessa capacidade excedentária toda a baixa importante dos preços. Essa é a reacção normal diante de semelhante situação no regime capitalista dos monopólios. Não deve excluir-se totalmente a outra reacção, mas de momento ainda não conhecemos isso em nenhum domínio; e por exemplo, para o petróleo há um fenómeno de super-produção potencial que dura desde há 6 anos, mas as baixas de preços consentidas pelos grandes "trusts", que fazem taxas de lucro de 100 o/o e de 150 o/o, são absolutamente anódinas. São baixas de preço de 5 ou 6 o/o quando eles podiam reduzir o preço da gasolina a metade se o quisessem.

A "PROGRAMAÇÃO ECONÓMICA"

A outra face da medalha do neo-capitalismo é o conjunto dos fenómenos que foram sumariamente resumidos sob a etiqueta de "economia concertada", "programação económica" ou ainda "planificação indicativa". É uma outra forma de intervenção consciente na economia, contrária ao espírito clássico do capitalismo, mas uma intervenção que se caracteriza pelo facto de que já não é essencialmente obra dos poderes

públicos, mas antes resulta de uma colaboração, de uma integração entre poderes públicos por um lado e agrupamentos capitalistas por outro.

Como explicar essa tendência geral para a "planificação indicativa", a "programação económica" ou a "economia concertada"?

Deve partir-se de uma necessidade real do grande capital, necessidade que decorre precisamente do fenómeno que descrevemos na primeira parte da nossa exposição. Aí falamos de aceleração do ritmo de renovação das instalações mecânicas, em consequência de uma renovação tecnológica, mais ou menos permanente. Mas quem diz aceleração do ritmo do capital fixo, diz necessidade de amortizar despesas de investimento num período de tempo cada vez mais curto. É certo que esta amortização deve ser planificada, calculada de maneira tão exacta quanto possível, a fim de preservar a economia de flutuações a curto prazo que ameaçam lançar uma incrível desordem em conjuntos que trabalham com biliões de francos. É neste facto fundamental que reside a causa da programação económica capitalista, do impulso para a economia concertada.

O capitalismo dos grandes monopólios de hoje acumula dezenas de biliões em investimentos e que devem ser rapidamente amortizados. Não pode continuar a permitir-se o luxo de correr o risco de amplas flutuações periódicas. Há por conseguinte necessidade de garantir a resolução dessas despesas de amortização, de estar seguro desses lucros ao menos durante esses períodos do meio termo, que correspondem mais ou menos à duração de amortização do capital fixo, isto é, dos períodos que se estendem agora por 4 ou 5 anos.

O fenómeno veio aliás do interior mesmo da empresa capitalista, onde a complexidade cada vez maior do processo de produção implica trabalhos de *planning* cada vez mais exactos para que o conjunto possa avançar. A programação capitalista não é em última análise outra coisa senão a extensão ou mais exactamente a coordenação, à escala da nação, daquilo que já

se fazia dantes à escala da grande empresa capitalista ou do grupo capitalista, do "trust", do cartel envolvendo uma série de empresas.

Qual é a característica fundamental dessa planificação indicativa? Ao contrário da planificação socialista que é de natureza essencialmente diferente, *não se trata propriamente de se fixar uma série de objectivos em número de produção, a assegurar que esses objectivos sejam efectivamente alcançados*, mas sim de coordenar os planos de investimento já elaborados pelas empresas privadas, e efectuar essa coordenação necessária propondo quando muito alguns objectivos considerados como prioritários à escala dos poderes públicos, isto é, que correspondam ao interesse global da classe burguesa.

Num país como a Bélgica ou a Grã-Bretanha, a operação é feita de maneira bastante crua. Na França, onde tudo se passa a um nível intelectual muito mais refinado, e onde se põe em acção muito disfarce, a natureza de classe do mecanismo é menos aparente. Nem por isso deixa de ser idêntica à da profunda economia dos outros países capitalistas. Quanto ao essencial, a actividade das "comissões do Plano", dos "Gabinetes do Plano", dos "Gabinetes de Programação", consiste em consultar os representantes dos diferentes grupos patronais, em compulsar os seus projectos de investimento e previsões do mercado, e em pôr em consonância essas previsões por sector, esforçando-se por evitar os "goulots" de estrangulamento ou duplos empregos.

Gilbert Mathieu publicou três bons artigos sobre esse assunto em "Le Monde" (2, 3 e 6 de Março de 1962), nos quais indica que contra 280 sindicatos que participaram nos trabalhos das diferentes comissões e sub-comissões do plano, houve 1280 dirigentes de empresa ou representantes dos sindicatos patronais. "Praticamente, pensa François Perroux, o plano francês é muitas vezes edificado e realizado sob a influência preponderante das grandes empresas e dos grandes organismos financeiros". E Le Brun, que, contudo, era dos mais

moderados dirigentes sindicais, afirmou que a planificação francesa "é essencialmente combinada entre grandes comissários do Capital e grandes comissários do Estado, tendo os primeiros naturalmente muito mais peso que os segundos".

Aliás, esta confrontação e coordenação das decisões das empresas é extremamente útil para os empresários capitalistas. Constitui uma espécie de sondagem do mercado à escala nacional, combinada a longo prazo, coisa que é muito difícil de fazer com a técnica corrente. Mas a base de todos os estudos, de todos os cálculos, continuam a ser números avançados como previsões pelo patronato.

Há por conseguinte dois aspectos fundamentais característicos deste género de programação ou "planificação indicativa".

Por outro lado, essa programação continua a ser baseada muito fortemente nos interesses dos patrões que são o elemento de partida do cálculo.

E quando se fala de patrões não é bem de todos os patrões que se trata, mas sim das camadas dominantes da classe burguesa, isto é dos monopólios, dos "trusts". Na medida em que algumas vezes pode haver conflito de interesses entre monopólios muito poderosos (lembremo-nos do conflito que opôs o ano passado na América, a propósito do preço do aço, "trusts" produtores e "trusts" consumidores de aço) há um certo papel de arbitragem que é desempenhado pelos poderes públicos a favor de tal ou tal grupo capitalista. É de certa maneira o conselho de administração da classe burguesa que age a favor do conjunto dos accionários, do conjunto dos membros da classe burguesa, no interesse do grupo predominante e não no interesse da democracia e da minoria.

Por outro lado, há a incerteza que se mantém na base de todos estes cálculos, incerteza que resulta do carácter de pura previsão da programação e do facto que não há instrumentos de realização nas mãos dos poderes públicos, nem aliás nas mãos dos interesses privados, para poder realizar efectivamente o que é previsto.

Em 1956-60 tanto os "programadores" da C.E.C.A. como os do Ministério belga dos Assuntos Económicos, enfiaram por duas vezes o dedo no olho até ao cotovelo no que respeitava às suas previsões do consumo de carvão na Europa ocidental e em particular na Bélgica. Uma primeira vez, nas vésperas e durante a crise de abastecimento provocada pela crise do Suez, tinham previsto para 1960 um forte aumento do consumo e por conseguinte da produção de carvão, devendo a produção belga passar de 30 milhões de toneladas de carvão por ano a cerca de 40 milhões de toneladas. Ora, na realidade, a produção caiu em 1960 de 30 para 20 milhões de toneladas. Os "programadores" haviam pois cometido um erro de um para dois, o que não é pouco. Mas no momento em que este erro era registado cometeram um segundo erro em sentido inverso. Estando em curso o movimento de baixa de consumo de carvão, eles predisseram que o mesmo ia continuar e afirmaram que era preciso prosseguir com os encerramentos de ulheiras. Ora deu-se precisamente o contrário entre 1960 e 63: o consumo belga de carvão passou de 20 a 25 milhões de toneladas por ano, o que fez com que, após a supressão de um terço da capacidade de produção carbonífera belga, houvesse penúria aguda de carvão, especialmente durante o inverno de 1962-63, tendo sido necessário importar carvão a toda a pressa, inclusive do Vietname!

A GARANTIA ESTATAL DO LUCRO

Um outro aspecto desta "economia concertada", que acentua o seu carácter perigoso para o movimento operário, é que a ideia de "programação social" ou de política dos rendimentos está implicitamente contida na ideia de "programação económica". Não se pode assegurar aos "trusts" a estabilidade das suas despesas e dos seus rendimentos, durante um período de 5 anos, até que todas as novas instalações tenham sido amortizadas, sem assegurar igualmente a estabilidade das

despesas salariais. Não se pode "planificar os custos", se não se "planificam" ao mesmo tempo os "custos de mão-de-obra", isto é, se não se prevêm taxas fixas de aumentos dos salários, procurando ater-se a elas rigidamente.

Contenção
(planejamento)
dos salários

Patronato e governo procuram impôr esta tendência aos sindicatos em todos os países da Europa ocidental, e tais esforços exprimem-se especialmente pelo prolongamento da duração dos contratos, por legislações que tornam mais difíceis as greve-surpresa ou proíbem "greves selvagens", por toda uma algazarra de propaganda a favor de uma "política de rendimentos", que aparece como a "única garantia" contra as "ameaças de inflação".

A ideia de que é preciso orientar-se para esta "política de rendimentos" de que se possa calcular exactamente as taxas de aumento dos salários e de que se possa evitar assim as despesas acidentais das greves "que não rendem nada a ninguém, nem aos operários, nem à nação", essa ideia começa também a espalhar-se cada vez mais em França e implica a ideia de integração profunda do sindicalismo no regime capitalista. No fundo, nesta óptica, o sindicalismo deixa de ser um instrumento de combate para os trabalhadores *modificare*m a repartição do rendimento nacional, e torna-se uma garantia de "paz social", uma garantia para os patrões da estabilidade do processo contínuo e ininterrupto do trabalho e da reprodução do capital, uma garantia da amortização do capital fixo durante todo o período da sua renovação.

Integração
dos sindicatos
à ordem
capital.

É, bem entendido, uma armadilha para os trabalhadores e para o movimento operário, por muitas razões sobre as quais não posso estender-me, mas essencialmente por uma razão que decorre de própria natureza da economia capitalista, da economia de mercado em geral, e que o sr. Massé, actual dirigente do Plano francês, admitiu aliás, por ocasião de uma conferência recentemente pronunciada em Bruxelas.

Em regime capitalista, o salário é o preço da força de trabalho. Este preço oscila à volta do valor desta força de

trabalho segundo as leis da oferta e da procura. Ora, qual é, normalmente, na economia capitalista, a evolução das relações de força, do jogo da oferta e da procura de mão-de-obra, no decurso do ciclo? Durante o período de recessão e de recuperação, há um desemprego que pesa sobre os salários, e por conseguinte há dificuldades muito grandes para os trabalhadores lutarem por aumentos consideráveis de salários.

E qual é a fase do ciclo que é mais favorável à luta pelo aumento dos salários? É evidentemente a fase durante a qual há pleno emprego ou mesmo penúria de mão-de-obra, isto é, a fase última do "boom", da alta conjuntura "sobreaquecida".

É nesta fase que a greve pelo aumento dos salários é mais fácil e os patrões têm mais tendência a conceder aumentos de salários, mesmo sem greves sob a pressão da penúria de mão-de-obra. Mas todos os técnicos capitalistas da conjuntura vos dirão que é precisamente durante esta fase que, do ponto de vista da "estabilidade", e uma vez que não se ponha em questão a taxa de lucro capitalista (porque isto está sempre subentendido neste género de raciocínio!) é precisamente então que é mais "perigoso" desencadear greves e fazer aumentar os salários; porque, se se aumenta a procura total precisamente quando há pleno emprego de todos os "factores de produção", a procura suplementar torna-se automaticamente inflacionária. Noutros termos: toda a lógica da economia concertada é precisamente procurar evitar as greves e todos os movimentos reivindicativos *só durante aquela fase do ciclo em que as relações de força entre as classes jogam a favor da classe operária*, isto é, só durante aquela fase do ciclo em que a procura de mão-de-obra ultrapassa largamente a oferta, só durante aquela fase do ciclo em que os salários poderiam dar um salto em frente e em que a tendência à deterioração da receita nacional entre salários e lucros à custa dos assalariados poderia ser modificada.

O que quer dizer que há acordo para impedir os aumentos ditos inflacionários, durante esta fase precisa do ciclo, e que

se acaba simplesmente por reduzir a taxa global de aumento dos salários sobre o conjunto do ciclo, isto é, por obter um ciclo no qual a parte relativa dos assalariados no rendimento nacional terá tendência a baixar permanentemente. Ela já tem tendência a baixar durante o período de recuperação económica, porque é por definição um período de alta da taxa de lucro (senão não haveria recuperação!); e se durante o período de alta conjuntura e de pleno emprego se impedem os operários de corrigir esta tendência, isso quer dizer que a tendência à deterioração da repartição do rendimento nacional se perpetua. Existe aliás uma demonstração prática das consequências duma política dos rendimentos absolutamente rígida e controlada pelo Estado com a colaboração de sindicatos. Essa política foi posta em prática na Holanda desde 1945, e aí temos os resultados: uma impressionante deterioração da parte relativa dos salários no rendimento nacional, sem igual em toda a Europa, inclusive na Alemanha ocidental.

Num plano puramente "técnico", há aliás dois argumentos peremptórios a opôr aos partidários da "política dos rendimentos":

1. Se por razões "conjunturais" reclamais que os aumentos dos salários não devem ultrapassar o aumento da produtividade em período de pleno emprego, porque não reclamais mais fortes aumentos dos salários nos períodos de desemprego? Conjunturalmente, tais aumentos justificar-se-iam em semelhante momento, visto que dariam novo impulso à economia aumentando a procura global.

2. Como é que se pode praticar uma "política de rendimentos" um pouquinho eficaz, se os rendimentos dos assalariados são os únicos verdadeiramente conhecidos? Toda a "política dos rendimentos" não reclama como condição o *controle operário sobre a produção, a abertura dos livros de contas e abolição do segredo bancário*, quando mais não fosse para determinar os rendimentos *exactos* dos capitalistas e o aumento *exacto* da produtividade?

Aliás, isto não significa que devemos aceitar a argumentação técnica dos economistas burgueses; porque é absolutamente falso dizer que o aumento dos salários superior ao aumento da produtividade é automaticamente inflacionário nos períodos de pleno emprego. Não o é senão na medida em que se deixa estável e intacta a taxa de lucro, como diz o "Manifesto Comunista", graças a uma intervenção tirânica contra a propriedade privada, não há nenhuma inflação. Tira-se simplesmente um poder de compra aos capitalistas para o dar aos trabalhadores. A única coisa que se pode objectar é que isso ameaça refrear os investimentos. Mas pode voltar-se a técnica capitalista contra os seus próprios autores, dizendo-lhes que não é coisa assim tão má reduzir os investimentos nos períodos de pleno emprego e de "boom" sobreaquecido. Antes pelo contrário, essa redução dos investimentos já está a chegar neste mesmo momento, e do ponto de vista da política anti-cíclica é mais inteligente reduzir os lucros, aumentar os salários, permitindo que a procura dos assalariados, dos consumidores substitua os investimentos para manter alta a conjuntura, ameaçada pela tendência inevitável dos investimentos produtivos a conhecerem uma certa queda a partir de um certo momento.

De tudo isso podemos tirar a seguinte conclusão: a intervenção dos poderes públicos na vida económica, a economia concertada, a programação económica, a planificação indicativa não são de modo nenhum neutras do ponto de vista social. São instrumentos de intervenção na economia postas nas mãos da classe burguesa ou dos grupos dominantes da classe burguesa, e de modo nenhum árbitros entre a burguesia e o proletariado. A única arbitragem real efectuada pelos poderes públicos é uma arbitragem entre diversos grupos capitalistas no interior da classe capitalista.

A natureza real do neo-capitalismo, da intervenção crescente dos poderes públicos na vida económica, pode resumir-se nesta fórmula: cada vez mais, num sistema capitalista que,

abandonado ao seu próprio automatismo económico, sofre a ameaça de correr rapidamente para a sua própria perda, o Estado deve tornar-se a garantia do lucro capitalista, a garantia do lucro das camadas monopolísticas dominantes da burguesia. Garante-o na medida em que reduz a amplitude das flutuações cíclicas. Garante-o por encomendas do Estado, militares ou para-militares, cada vez mais importantes. Garante-o também por meio de técnicas *ad hoc* que fazem a sua aparição precisamente no quadro da economia concertada, tais como os "quase-contratos" na França, que são explicitamente garantias de lucro para desenvolvimento, quer seja desequilíbrio regional, quer seja desequilíbrio entre os ramos. O Estado diz aos capitalistas: "Se investirdes os vossos capitais em tal ou tal região, ou em tal ou tal ramo, está-vos garantido 6 ou 7 o/o do vosso capital aconteça o que acontecer, mesmo se a vossa bujiganga é invendável, mesmo se se precipitarem para o malogro". É a forma suprema desta garantia estatal do lucro monopolista que os técnicos franceses do Plano nem sequer chegaram a inventar, pois os senhores Shacht, Frank e Goering a tinham já aplicado no quadro da economia de armamento nazi e do plano quadrienal de rearmamento.

 Esta garantia estatal do lucro, do mesmo modo que todas as técnicas anti-cíclicas verdadeiramente eficazes em regime capitalista, representa em última análise uma redistribuição do rendimento nacional em proveito dos grupos monopolistas dirigentes por via duma manipulação estadual pela distribuição dos subsídios, pela redução dos impostos, pela oferta de crédito a juros reduzidos, técnicas de que resulta sempre em última análise uma subida da taxa de lucro, o que no quadro de uma economia capitalista funcionando normalmente, sobretudo numa fase de expansão a longo prazo, estimula evidentemente os investimentos e actua no sentido previsto pelos autores daqueles projectos.

Ou nos colocamos de um modo completamente lógico e

coerente no quadro do regime capitalista, e então será preciso que exista apenas um meio de assegurar um aumento constante dos investimentos, um reajustamento industrial baseado no aumento dos investimentos privados, o que significará o aumento da taxa de lucro.

Ou então recusamo-nos, como socialistas, a actuar no sentido do aumento da taxa de lucro, e, então, não existe senão um processo de se sair daqui, que será o desenvolvimento dum poderoso sector público na indústria, ao lado do sector privado, ou na prática sair do quadro capitalista e da lógica capitalista e passar ao que entre nós se chama reforma de estruturas anticapitalistas.

Na história do movimento operário belga nos últimos anos, nós presenciámos este conflito de orientação que vos espera em França nos anos próximos, no momento em que sentirem uma primeira amostra de desemprego.

Alguns dirigentes socialistas dos quais nada quero pôr em dúvida a honestidade pessoal, foram ao ponto de dizer de uma maneira tão brutal e tão cínica como o fiz há um instante: "Se quiserem extinguir o desemprego a curto prazo no quadro do regime existente, não existe outro processo de o fazer senão aumentando a taxa de lucro". Eles não acrescentaram mas é como se o tivessem dito, que isso implica uma redistribuição do rendimento nacional à custa dos assalariados. Quer isto dizer que não podemos, sem enganar as pessoas, defender ao mesmo tempo uma expansão económica mais rápida, que em regime capitalista implica uma subida dos investimentos privados e uma redistribuição do rendimento nacional em proveito dos assalariados. No regime capitalista, estes dois objectivos são absolutamente incompatíveis, pelo menos a curto e médio prazo.

O movimento operário encontra-se pois em face da oposição fundamental entre uma política de reformas de estrutura *neo-capitalistas*, o que implica a integração dos sindicatos no regime capitalista, e a sua transformação em polícias, em prol

da manutenção da paz social durante a fase de amortização do capital fixo e uma política fundamental *anticapitalista* com o desenvolvimento de um programa de reformas de estruturas anticapitalistas a médio prazo, que tem por fim essencial tirar as rédeas do comando da economia aos grupos financeiros, aos "trusts" e aos monopólios para os pôr nas mãos da nação, de criar um sector público de peso decisivo no crédito, na indústria, nos transportes e de apoiar o todo no controle operário, quer dizer, a aparição de uma dualidade de poder na empresa e na economia no seu conjunto, que levará rapidamente a uma dualidade de poder político.

ÍNDICE